

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS
DE 2004 A 2014**

FELIPE TEIXEIRA CUSTÓDIO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Santana do Livramento
2017**

FELIPE TEIXEIRA CUSTÓDIO

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS
DE 2004 A 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Orientadora: Prof. Dra. Debora Nayar Hoff

**Santana do Livramento
2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo autor através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

339.2	CUSTÓDIO, FELIPE TEIXEIRA
C987	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 2004 A 2014 / FELIPE TEIXEIRA CUSTÓDIO. 74 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2017. "Orientação: DEBORA NAYAR HOFF". 1. CIÊNCIAS ECONÔMICAS. 2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. 3. DESIGUALDADE. I. Título.

FELIPE TEIXEIRA CUSTÓDIO

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS
DE 2004 A 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade Federal do
Pampa - UNIPAMPA.

Área de Concentração: Ciências
Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27 de junho de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Debora Nayar Hoff (Orientadora)
UNIPAMPA

Prof. Dr. Mauro Barcellos Sopeña
UNIPAMPA

Prof. Msc André da Silva Redivo
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Wilmar e Maria, e minha noiva, Amanda, por todo carinho, compreensão e apoio que me deram ao longo deste caminho, sempre me incentivando a não desistir dos meus sonhos e alcançar meus objetivos.

A Prof. Dra. Debora Nayar Hoff, por todos ensinamentos providos na vida acadêmica, pela paciência, dedicação e orientação desta monografia.

A Prof. Tanise Brandão Bussmann, pelos seus ensinamentos, apoio e disponibilidade que foi de suma importância para a elaboração desta monografia.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar a distribuição de renda no Brasil entre os anos de 2004 e 2014, período onde existem indicativos de diminuição na desigualdade de renda, buscando entender os principais fatores determinantes desta mudança. Serão analisadas as rendas oriundas do trabalho, rendas advindas de transferências de renda, mais especificamente juros de caderneta de poupança e outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos de transferência governamental, renda da previdência indexada ao salário mínimo e outras rendas da previdência, além de outras rendas. O método a ser empregado será o de analisar a renda das famílias brasileiras através da Curva de Lorenz, Índice de Theil, Índice de Gini e as razões entre a renda dos 40% com menor renda e os 10% com maior renda, e entre os 20% com menor renda e dos 20% com maior renda, que são indicadores que medem se houve distribuição e o grau da distribuição de renda, tal como feito no trabalho de Soares (2006) e Hoffman (2016). De acordo com os resultados obtidos é possível afirmar que o ano de 2014 é o melhor em distribuição de renda, com o coeficiente de Gini de 0,518 e o índice de Theil 0,541, menores da série observada, a participação na renda média dos décimos mais pobres aumentou consideravelmente enquanto que os décimos mais ricos caiu, a curva de Lorenz se mostrou a mais perto da reta de igualdade, além disso, a decomposição do coeficiente de Gini mostrou que a renda do trabalho é a que tem maior participação na renda per capita com 76,8%, e como a maior renda é a que mais distribui, e sua concentração diminuiu 5,7% em relação ao ano de 2004. A renda de Juros e Bolsa Família se mostrou importante na distribuição onde aumentou sua participação na renda total per capita em 38% de 2004 para 2014. Outro resultado importante foi que a curva de Lorenz para a Previdência indexada ao salário mínimo foi a melhor distribuída estando mais próxima da reta de igualdade que as outras.

Palavras-Chave: Distribuição de renda, Renda do trabalho, Programas sociais.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to analyze the distribution of income in Brazil between 2004 and 2014, a period where there are indicators of a decrease in income inequality, seeking to understand the main determinants of this change. Income from income transfers, more specifically interest from savings accounts and other financial investments, dividends, social programs and other income from government transfers, income from social security indexed to salary and minimum income, and other income from work will be analyzed. Pensions, as well as other sources of income. The method to be used will be to analyze the income of Brazilian families through the Lorenz Curve, Theil Index, Gini Index and the ratios between the income of the 40% with the lowest income and the 10% with the highest income, and between the 20% with lower income and 20% with higher income, which are indicators that measure the distribution and the degree of income distribution, as done in the work of Soares (2006) and Hoffman (2016). According to the results obtained it is possible to affirm that the year of 2014 was the one with the best income distribution, with the Gini coefficient of 0.518 and Theil index 0.541, lower in the series observed, the share in the average income of the poorest tenths increased considerably while the richest tenths fell, the Lorenz curve was closer to the equality line, and the Gini coefficient decomposition showed that labor income is the one with the highest share of per capita income with 76.8%, and the highest income is the one that distributes the most, and its concentration decreases 5.7% in relation to 2004. The income of the Interest rate and "Bolsa Família" was important in the distribution where it increased its share in total income Per capita in 38% from 2004 to 2014. Another important result was that the Lorenz index for Welfare indexed to the minimum wage was the best distributed being closer to the equality others.

Key words: Income distribution, Labor income, Social programs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DA CURVA DE LORENZ	18
FIGURA 2 – ETAPAS DA PESQUISA	25

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RENDA DOMICILIAR – PARTICIPAÇÃO POR DÉCIMO DA POPULAÇÃO	39
QUADRO 2: PESO DE CADA RENDA E NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO	50
QUADRO 3: CORRELAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA RENDA K COM A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	51
QUADRO 4: VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA CASO A RENDA K AUMENTE 1%	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: VALOR E NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC	44
TABELA 2: TAXA DE POBREZA E EXTREMA POBREZA	45
TABELA 3: DADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	46
TABELA 4: POPULAÇÃO OCUPADA	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: SÉRIE HISTÓRICA DO COEFICIENTE DE GINI.....	35
GRÁFICO 2: SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE T DE THEIL.....	36
GRÁFICO 3: RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E OS 40% MAIS POBRES.....	37
GRÁFICO 4: RAZÃO ENTRE A RENDA MÉDIA DOS 20% MAIS POBRES E OS 20% MAIS RICOS.....	37
GRÁFICO 5: CURVA DE LORENZ.....	38
GRÁFICO 6: RENDA DOMICILIAR PER CAPITA REAL – MÉDIA	40
GRÁFICO 7: DOMINÂNCIA DE PRIMEIRA ORDEM	41
GRÁFICO 8: DOMINÂNCIA DE PRIMEIRA ORDEM DE 2004 A 2014	42
GRÁFICO 9: DOMINÂNCIA DE PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM	42
GRÁFICO 10: SÉRIE HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO REAL	48
GRÁFICO 11: CURVA DE CONCENTRAÇÃO DE CADA RENDA K NA RENDA TOTAL	53
GRÁFICO 12: DIFERENÇA DE CADA RENDA K EM SEU ANO COM A MESMA NO ANO DE 2004.....	56

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO	13
2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO	16
2.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	16
2.2 FATORES DETERMINANTES DA MUDANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	20
2.3 INDICADORES USADOS PARA ANALISAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	22
3. METODOLOGIA.....	24
3.1 DETALHAMENTO DOS INDICADORES	26
3.1.1 Curva de Lorenz.....	26
3.1.2 Índice de Gini	27
3.1.3 Índice de Theil.....	28
3.1.4 Razão entre a Renda Média dos 10% mais Ricos e a dos 40% mais Pobres ..	29
3.1.5 Razão entre a Renda Média dos 20% mais Ricos e a dos 20% mais Pobres ..	30
3.1.6 Decomposição do Coeficiente de Gini.....	31
4. RESULTADOS	33
4.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CASO BRASILEIRO.....	33
4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ATRAVÉS DE ÍNDICES ESCALARES.....	35
4.3 DOMINÂNCIA DE LORENZ.....	38
4.4 DOMINÂNCIA DE PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM.....	40
4.5 ANATOMIA DA REDUÇÃO NA DESIGUALDADE – EXPLICAÇÕES POSSÍVEIS ..	43
4.6 DECOMPOSIÇÃO POR FONTE DE RENDA	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	62
APÊNDICE:	69

1. INTRODUÇÃO

Na esteira das discussões na Ciência Econômica, a distribuição de renda vem sendo tratada desde os clássicos, juntamente com o crescimento econômico, tornando-se um dos eixos importantes na discussão proposta na área. Isso é motivado pela importância que a distribuição de renda ocupa na economia, pois pode indicar avanços sociais quando diminui a concentração de riquezas.

A distribuição de renda segundo Sandroni (1999) é o modo como a renda de um país, estado ou região é distribuída entre a população que reside nesses lugares. Segundo Barros *et alli* (2006) os fatores determinantes para que haja a distribuição de renda estão relacionados a condições sociais como a educação, o trabalho e a renda familiar *per capita*. Através da análise da distribuição de renda pode-se avaliar a desigualdade existente entre as pessoas ou classes sociais de dada região a ser estudada. Pode-se ainda avaliar a desigualdade de determinado lugar em relação a outro ou o avanço desta ao longo do tempo para um lugar específico.

Apesar de todos os avanços obtidos na economia e nas questões sociais ao longo do século XX, a desigualdade ainda está presente no mundo. Thomas Piketty (2014), em seu livro “O Capital No Século XXI”, mostra que ainda há uma grande desigualdade mundial. Seus resultados indicam que a renda média mensal da África e da Índia está entre 150 e 250 euros por mês, já na América do Norte, Europa Oriental e Japão a renda média mensal está entre 2500 e 3000 euros. Seu levantamento sinaliza ainda que a renda média mundial ficou em torno de 700 euros por mês, no ano de 2013. Neste mesmo ano, a média da renda no Brasil era de aproximadamente 365 euros, correspondente a 92% menor do que a média mundial.

Detalhando um pouco os dados para o Brasil, pode-se ver que há uma grande disparidade entre a renda das classes sociais existentes. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), no ano de 2013 os 10% mais ricos da população economicamente ativa têm a participação de 41,7% no total dos rendimentos enquanto 50% da população, que são maioria e de menor renda, têm uma participação de 17,4% da renda, isso mostra que há

uma grande concentração da renda nas mãos de poucas pessoas e que a maior parte da população detém muito pouco da renda nacional.

No entanto, existem indicativos de que essa desigualdade venha diminuindo nos últimos anos, como resultado de programas sociais de inclusão, educação e de distribuição de renda aplicados pelo governo federal, os quais favorecem as pessoas de baixa renda. É exemplo destas ações o programa Bolsa Família, que começou a ser aplicado em 20 de outubro de 2003. Este é considerado um dos principais programas do governo, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Brasil (2015) e Campello e Neri (2013), o programa beneficia 13,9 milhões de famílias (dados referentes a setembro de 2015) e é responsável pela diminuição da taxa de extrema pobreza de 8% em 2001 para 4,7% em 2011.

Por outro lado, o emprego e a renda gerada via salários é também considerada como determinante de distribuição de renda nos países. É sabido que o Brasil avançou no combate ao desemprego nos últimos anos, onde a taxa da população ocupada subiu 19% de 2004 até 2014 segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Soares (2010) mostra que o salário mínimo foi responsável por 21% da distribuição de renda entre os anos de 1995 e 2009, além disso, segundo Daldegan (2013) os censos de 2000 e 2010 mostram que a renda *per capita* e o número de empregados com carteira de trabalho aumentaram em 32,2 e 22,2% respectivamente.

Neste sentido, ao medir-se os avanços da sociedade em direção do desenvolvimento é necessário saber se o progresso econômico reflete-se em maior acesso a renda e se esta reflete-se em distribuição da renda de forma mais equitativa no sistema. No caso específico do Brasil, por perceber-se que várias ações foram tomadas em prol do desenvolvimento, nos últimos anos, é relevante verificar se o crescimento econômico se refletiu em distribuição de renda e quais os principais determinantes destas mudanças.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a distribuição de renda no Brasil entre o período de 2004 a 2014 (período que teve uma diminuição constante da desigualdade de renda), buscando entender os principais fatores determinantes desta mudança. Para tanto, quer-se analisar especificamente:

a. A distribuição de renda do Brasil através da Curva de Lorenz, do coeficiente de Gini, do índice de T-Theil, das razões entre a renda dos 40% com menor renda e os 10% com maior renda, e entre os 20% com menor renda e dos 20% com maior renda, no período entre 2004 e 2014.

b. Através da decomposição do coeficiente de Gini, para o período, identificar o peso dos principais determinantes da distribuição de renda ao considerar-se a geração de empregos e salários e a distribuição de renda via juros de caderneta de poupança e outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos de transferência governamental.

Tais objetivos são importantes para compreender-se a distribuição de renda no período analisado podendo proporcionar a comparação da evolução da mesma com períodos anteriores como em estudos realizados por Soares (2006) e Hoffman (1998). Levando em conta a importância da distribuição de renda na economia, vale analisar o desempenho de cada fonte de renda para saber como cada uma se comporta ao longo do tempo, revelando informações importantes de como a distribuição de renda vem se comportando no país.

Nos próximos capítulos serão apresentados: a. a revisão de literatura recente acerca da distribuição de renda e desenvolvimento; b. detalhamento da metodologia usada neste estudo; c. os resultados obtidos e respectivas análises; d. considerações finais do estudo e e. rol de referências utilizadas.

2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO

Para entender melhor a questão a ser estudada, neste capítulo discorrer-se-á sobre a distribuição de renda, quais são os fatores determinantes da mudança na distribuição de renda e que indicadores são usados para analisar-se a distribuição de renda com vistas a sustentar as variáveis selecionadas e a metodologia escolhida.

2.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A distribuição de renda tem sido um tema importante da economia e das ciências sociais estando atrelada a discussão sobre crescimento econômico. Pode-se dizer que está ganha mais ênfase nos últimos anos, devido a estudos como o apresentado por Piketty (2014).

Segundo Hoffman (2001) a distribuição da renda é um tema básico das ciências sociais e da economia sendo discutido desde os clássicos através da explicação da determinação dos salários, lucros e renda da terra relacionando-os com as classes sociais. Segundo Fonseca (2004) os clássicos determinavam que sem produtividade não existiria distribuição de renda. A escola neoclássica tenta associar a remuneração de fatores de produção com conceitos de produtividade marginal e desequilíbrio de mercado.

De acordo com Hoffman (2001), David Ricardo, economista clássico, considerava a distribuição da renda como o principal objetivo a ser explicado pela até então Economia Política, que após viria ser chamada de Ciência Econômica, relacionando classes sociais aos tipos de remuneração (juros e lucros, renda da terra e salários). Enquanto isso a escola neoclássica buscava através dos conceitos de equilíbrio de mercado e produtividade marginal explicar as remunerações dos fatores de produção.

Segundo Fonseca (2004) a teoria de Ricardo tinha leis universais e objetivas, independentes da vontade humana, sendo essas leis que

determinavam a distribuição da renda entre as classes sociais e se dava pela distribuição funcional da renda. Piketty (2014) diz que para David Ricardo apenas um grupo social iria ter a maior parte da renda, que era os proprietários de terra, pelo motivo de que com a escassez da terra, seria mais caro para arrendá-las e tornando assim os proprietários de terra cada vez mais ricos. Para Ricardo a única saída satisfatória para o problema era a adoção de um imposto crescente sobre a renda da terra.

Marx (1996) em seu livro “O Capital” aponta que os trabalhadores necessitam incorporar-se ao capital como meio de valorização, não conseguindo se livrar dele apenas mudando de capitalista para quem se trabalha. Portanto, a acumulação de capital, nada mais é, do que a multiplicação do conjunto de trabalhadores e que toda acumulação de capital gera mais acumulação ampliando a concentração de renda nas mãos dos capitalistas.

De acordo com Piketty (2014), Karl Marx defendia que existia um acúmulo de capital nas mãos de poucos, e não existia um limite para essa acumulação, criando assim a teoria do “princípio da acumulação infinita”, que ele tenta mostrar a desigualdade entre os capitalistas industriais, que tem uma crescente acumulação de capital, e que o proletariado fica cada vez mais pobre com salários baixos e de subsistência. Segundo Fonseca (2004) Marx através da mais valia, mostra que a distribuição de renda é um fator ligado a causa social e não por uma causa natural, assim dizendo que ela não teria como estar ligada ao desenvolvimento capitalista.

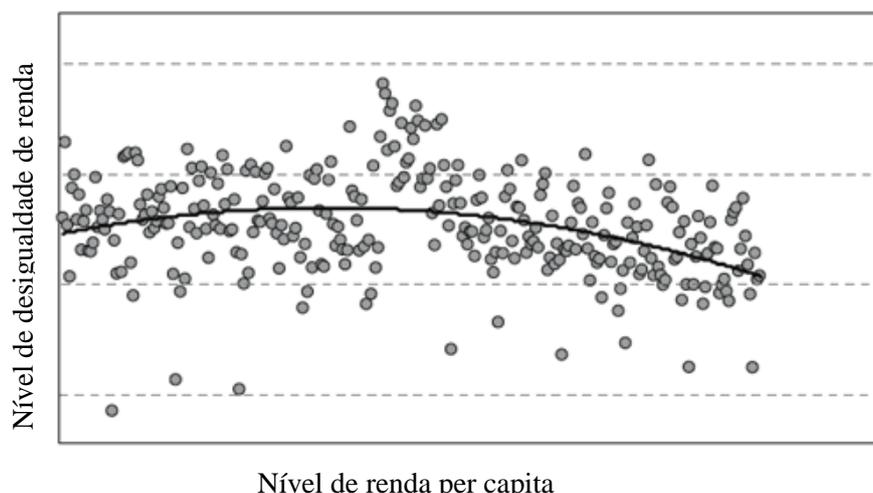
Para Fonseca (2004) Stuart Mill defendeu que há uma possibilidade de distribuição de renda sem extinguir a propriedade privada, porque sem o trabalho não teria renda para distribuir, e não poderia se entender a desigualdade entre as classes sociais como causa da acumulação do capital pelo motivo que quanto maior a produtividade, maior será o excedente e melhor será o padrão de vida.

Alguns modelos neoclássicos como os de Meade e Solow mostram que há relação entre a distribuição de renda e a produtividade, onde o primeiro sinaliza que há aumento de acumulação de capital se ocorrer crescimento demográfico, em mesma proporção e que se ocorrer taxas de crescimento diferente entre população e capital, ocasionam mudanças na participação das remunerações na renda total e mudanças na mesma, enquanto que o Solow

acrescenta a esses resultados que a educação e o conhecimento causam aumento na produtividade, segundo Fonseca (2004).

De acordo com a teoria de Kuznets, citado por Piketty (2014), Hoffman (2001) e Bonelli (1988) dizem que a desigualdade da renda deveria diminuir de modo que não precisasse interferir para que isso acontecesse. Isso porque no começo do desenvolvimento capitalista haveria uma alta na concentração de renda, mas nos estágios mais avançados do capitalismo automaticamente iria diminuir essa desigualdade da renda. Então, para Kuznets, só era necessário esperar para que a desigualdade chegasse em um nível aceitável. Kuznets ainda afirma que os países subdesenvolvidos também passariam pela mesma situação dos desenvolvidos, do aumento da concentração no começo, estabilizando no meio do processo e diminuindo a desigualdade no final. Essa teoria passou a ser conhecida como “Lei de Kuznets da variação da desigualdade”, tendo ela uma forma gráfica de U invertido, como pode se ver na Figura 1 de Taques e Mazzutti (2010).

FIGURA 1 - Representação da curva de Lorenz



Fonte: Taques e Mazzutti (2010).

A teoria de Kuznets é a que liga diretamente o crescimento econômico com a distribuição de renda, no fato de que ela acontece naturalmente no mais alto estágio do desenvolvimento econômico capitalista (Toyoshima; Silva, 2013).

Dos autores contemporâneos, o que mais se destacou, segundo Abramovay (2001), sobre o assunto de distribuição de renda, foi Gregory Mankiw. Segundo Mankiw (1999) a renda de uma pessoa se dá pela demanda

e oferta pelo seu trabalho e que a remuneração do trabalho representa uma parte da renda nacional de um país. Portanto, os fatores que determinam a remuneração salarial dos trabalhadores, também determinam como a renda da economia é distribuída.

Mankiw (1999) sinaliza que o mercado procura alocar os recursos com eficiência, em nenhuma parte isso quer dizer que eles serão alocados com justiça e igualdade entre a sociedade. Alguns economistas acreditam que o governo deve intervir para fazer essa distribuição de renda. Essa intervenção do governo causaria uma melhor alocação dos recursos na economia.

Mankiw (1999, p. 437) diz que a pergunta que os formuladores de políticas se deparam é “O que o governo deve fazer a respeito da desigualdade econômica? ”. Para o autor, ao olhar-se de forma apenas econômica para o sistema, não se sabe ao certo se as políticas devem ou não fazer com que a sociedade seja mais igual. Deve-se ver de uma questão mais de filosofia política em relação à questão social.

Algumas das políticas filosóficas que trataram sobre a desigualdade foram o Utilitarismo, o Liberalismo e o Libertarismo. Segundo Kerstenetzky (2000) e Mankiw (1999) a filosofia Utilitarista criada por Jeremy Bentham e Stuart Mill, que tem como seu conceito principal a utilidade, sendo essa uma medida de felicidade ou satisfação. Para os utilitaristas o objetivo dos governos é a de maximizar a utilidade para a sociedade como um todo e não apenas para uma parte ou classe social através da sua hipótese de utilidade marginal decrescente. A distribuição seria feita através de impostos altos sobre as rendas mais altas e as pessoas de baixa renda receberiam a transferência maximizando assim a utilidade total.

A filosofia do Liberalismo, de acordo com Mankiw (1999) e Azevedo (2011), criada por John Rawls em 1971, parte de que as políticas, instituições e leis deveriam ser justas para toda a sociedade. Rawls levanta a seguinte questão: “Como podemos nós, membros da sociedade, chegar a um acordo sobre o que significa justiça?” (MANKIW, 1999, p.438,). Para responder essa questão, ele propõe que devesse abstrair nosso lugar na sociedade e partir de que todos são semelhantes. Assim, então, a partir dessa abstração Rawls argumenta que poderia ser escolhidas instituições, políticas e leis justas para toda a sociedade. Para fazer essas políticas Rawls argumenta que ao contrário do

Utilitarismo que maximiza a utilidade total, deveria se maximizar a utilidade mínima criando então o critério maximin. Portanto, deveria se maximizar o bem-estar das pessoas com piores situações de desigualdade na sociedade.

A terceira filosofia que trata da desigualdade é a do Libertalismo, segundo Azevedo (2011) e Mankiw (1999), onde defendia que o governo não deveria tirar a renda de uns e transferir para outros procurando a distribuição de renda. Mas sim, que o governo deve procurar avaliar quando a distribuição de renda acontece de forma errônea e ilegal, e deve intervir para resolver o problema. De acordo com Mankiw (1999) os libertalistas defendiam que deveria existir uma igualdade de oportunidades e não de renda acreditando que os governos devem intervir para fazer que todos tenham a mesma oportunidade para ter sucesso. Assim o governo não tem motivo para mexer na distribuição de renda.

A próxima seção trata da discussão dos fatores que ocasionam a mudança na distribuição de renda, como políticas sociais e do salário mínimo.

2.2 FATORES DETERMINANTES DA MUDANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Como foi visto anteriormente, para alguns economistas o governo deveria intervir para que se tenha uma melhor distribuição de renda, através de políticas governamentais. Essas políticas de distribuição de renda podem ser através da renda do trabalho ou de programas de bem-estar como, por exemplo, no caso brasileiro, o Programa Bolsa Família, que beneficia pessoas de baixa renda.

Velloso (1990), Mankiw (1999) e Giambiagi (2007) discorrem que a política de salário mínimo, que embora seja uma maneira de ajudar ao trabalhador a ter uma renda mais alta, sem ter custos para o governo, pode ser falha, pelo motivo que com um salário mínimo mais alto pode ter um desemprego maior, porque as firmas não pagariam um determinado nível de salário para pessoas com falta de qualificações que se o salário fosse mais baixo poderiam ser empregadas, ou até mesmo a criação de trabalhos informais para com salários abaixo do salário mínimo estipulado. Embora alguns trabalhadores

ganhem com essa política, outros perdem por não conseguir se empregar devido sua qualificação ou ter que trabalhar informalmente.

De acordo com Mankiw (1999) os defensores da política de salário mínimo alto dizem que o nível de emprego diminuiria muito pouco. Já os críticos dessa política dizem que o salário mínimo alto pode causar um maior desemprego ao longo prazo onde as firmas ajustam seu nível de emprego e produto, além desse fato, argumentam que a maioria dos empregados que recebem salário mínimo são pessoas de classe média e não pobres que deveriam ser as pessoas mais beneficiadas com essa política.

Soares (2002) e Saboia (2007) mostram que o aumento do salário mínimo tem influência na distribuição de renda e na diminuição da pobreza, causando uma diminuição na diferença de salários e que possivelmente aumentam a renda média salarial dos trabalhadores.

Segundo Mankiw (1999) e Medeiros, Britto e Soares (2007) um modo de melhorar a distribuição de renda e dar condições para as pessoas mais pobres é através de programas que suplementam a renda dessas pessoas que é o que eles consideram programas de bem-estar. Para participar dos programas não basta ter a renda baixa, mas sim estar dentro de alguns requisitos mínimos, como por exemplo, o Programa Bolsa Família, onde famílias sem condições com filhos até certa faixa etária recebem o benefício, ou pessoas com alguma incapacidade.

Mankiw (1999) assinala que a crítica feita a esses programas é a de que eles incentivam as pessoas a ficar nas condições necessárias para participar do programa, como exemplo, incentivar as mulheres a terem filhos ou até em não procurar trabalho para não perder a participação no programa. Sendo assim, essas políticas são consideradas falhas se não colocar certas restrições para participar delas, como certo limite de tempo.

Terminando este capítulo, a seção seguinte trata dos inúmeros indicadores que medem a distribuição de renda, indicadores esses importantes para a criação de políticas públicas e análise da concentração de renda.

2.3 INDICADORES USADOS PARA ANALISAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Um indicador “é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2009, p. 2).

Para Soligo (2012), os indicadores vêm se tornando importantes, por trazerem informações para a sociedade e governos sobre a qualidade do desenvolvimento econômico, político e social além do bem-estar social da população.

De acordo com Soligo (2012) e Mourão (2006) cada vez se tem mais indicadores que podem fazer essa mensuração, criando índices que podem mostrar vários aspectos da sociedade. No início se usava apenas índices quantitativos, para medir o número de população, recursos e equipamentos. Na década de 1960 que aparecem os primeiros indicadores que tentam medir as mudanças sociais e os impactos das políticas sociais na sociedade.

Depois da criação desses indicadores que conseguiu se ver o tamanho da diferença que existia na sociedade. Jannuzzi (2009) e Soligo (2012) discorrem que através do indicador Produto Interno Bruto (PIB) que media o nível de crescimento socioeconômico foi possível medir o nível de pobreza e diferença social mesmo havendo o crescimento econômico dos países.

Segundo Soligo (2012) e Jannuzzi (2009) Instituições Multilaterais começaram a desenvolver indicadores que pudessem mensurar o bem-estar e a mudança social. Além dessas Instituições o governo dos Estados Unidos publicou dois livros sobre indicadores, através desses fatos, esse processo ficou conhecido como Movimento de Indicadores Sociais na década de 1960.

De acordo com Soligo (2012) na década de 1980 as Instituições começaram a aperfeiçoar instrumentos específicos de indicadores que pudessem medir quantitativamente e qualitativamente as condições de bem-estar e pobreza. Mas é a partir da Constituição de 1988 que há um crescimento da necessidade de demanda por informações sociais, com os governos fazendo políticas públicas através desses indicadores socioeconômicos.

Para Jannuzzi (2009) a criação e desenvolvimento dos indicadores sociais estão diretamente ligados ao planejamento de políticas do setor público onde eles subsidiam o planejamento e criação de políticas sociais, possibilitam monitorar o bem-estar e condição de vida da sociedade e permitem a investigação acadêmica em relação às mudanças sociais e seus determinantes.

Segundo Jannuzzi (2009) há vários tipos de indicadores de vários campos a serem estudados podendo ser mais agregados ou não, se dividem por áreas, como indicadores demográficos, do mercado de trabalho, da saúde, habitacionais, de infraestrutura, educacionais, de renda e desigualdade, os mais agregados podem ser socioeconômicos, qualidade de vida, ambientais, desenvolvimento humano entre outros.

De acordo com Hoffmann (1991), Barros (2001) e Soares (2006) os indicadores mais utilizados para medir a distribuição da renda têm sido o índice de Gini e o índice de Theil que medem a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Outra medida bastante usada é das proporções da renda total apropriadas por certos grupos da população, como por exemplo a razão da renda média entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres e entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres que medem a concentração da renda.

3. METODOLOGIA

Visando atingir os objetivos propostos, a metodologia que embasa empiricamente a presente monografia terá como base o estudo de Soares (2006). O autor analisou a distribuição de renda no Brasil entre 1973 e 2004, dando ênfase entre os anos de 2001 a 2004, portanto, se dará uma continuidade na série histórica já realizada por Soares (2006), partindo do ano de 2004 até o ano de 2014, com ressalva do ano de 2010 que não teve a pesquisa da PNAD. A escolha do período se fundamentou pelas políticas sociais aplicadas nos governos Lula e Dilma, onde teve contínuo crescimento do salário mínimo e de programas sociais nesse período.

Os índices utilizados foram a curva de Lorenz, que mede o grau de desigualdade, o índice de Gini, o índice de Theil, a razão entre a renda média dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos e entre os 40% mais pobres e os 10% mais ricos, além da análise de bem-estar, através da análise de dominância de primeira e segunda ordem. São indicadores que medem a desigualdade segundo a renda per capita domiciliar dos indivíduos.

A metodologia usada seguirá as etapas apresentadas na figura 2.

As etapas serão realizadas da seguinte forma:

1. A base de dados será montada a partir de dados secundários do IPEADATA e IBGE em relação à renda das famílias brasileiras, como a renda média dos trabalhadores, números e taxas de pessoas ocupadas, número de pessoas e taxa de pobreza, índices de desigualdade durante o período de 2004 a 2014;

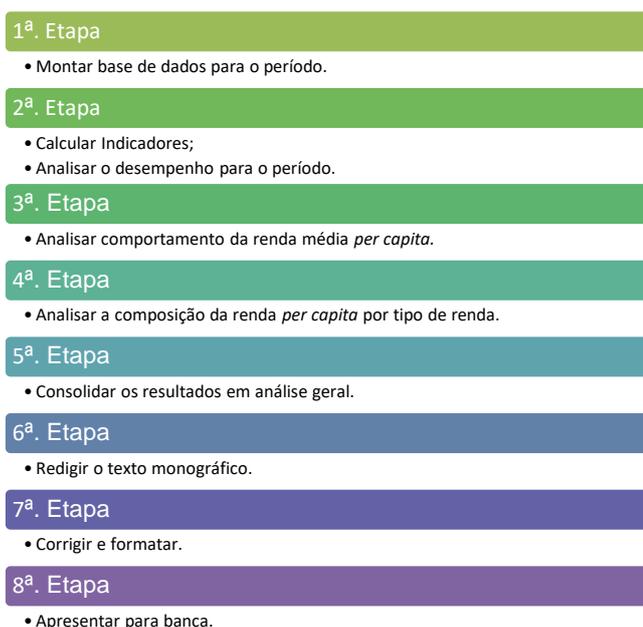
2. Os indicadores usados serão a curva de Lorenz, índice de Gini, índice de Theil, razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres. Estes serão calculados de acordo com o especificado no item 3.1.

3. Será analisado como se comportou a renda média *per capita* entre o período de 2004 a 2014, através da dominância de primeira e segunda ordem, para analisar o bem comum que está por trás da distribuição de renda. “Quando ocorre Dominância de Primeira Ordem, todos detêm mais renda em uma

distribuição que em outra, e todos, salvo troca de posições, estão em situação melhor ” (Soares, 2006, p. 12). Segundo Barros (1997) e Soares (2006) caso a Função de Bem-Estar Social tenha aumento a partir da transferência de renda, onde o indivíduo de menor renda recebe renda de um indivíduo de maior renda, nesse caso vale a Dominância de Segunda Ordem. Para analisar a mesma, leva-se em conta apenas a renda média dos décimos mais pobres da população.

4. Será analisada a composição da renda *per capita* por tipo de renda, dando ênfase à renda do trabalho e a renda de rendimento de juros de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos e programas sociais como o Bolsa Família. Hoffmann (1998) citado por Soares (2006) explica como o Coeficiente de Gini pode ser facilmente decomposto em duas partes: o coeficiente de concentração de cada componente da renda com relação à renda total e o peso de cada renda na renda total.

FIGURA 2 – Etapas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto a análise entre os anos de 2004 e 2014 ocorrerá da seguinte forma: primeiramente foi calculado e analisado os indicadores para o período buscando medir se houve queda da desigualdade de renda, através do Coeficiente de Gini, do índice T de Theil e as razões entre a renda média dos 40% com menor renda e os 10% com maior renda e entre os 20% com menor

renda e dos 20% com maior renda. Após a análise da queda da desigualdade de renda, será analisado se houve mudanças na desigualdade do ponto de vista de dominância de distribuições através da dominância de primeira e segunda ordem. O próximo passo irá analisar a composição da renda per capita por tipo de renda através da decomposição do coeficiente de Gini buscando verificar o quanto a renda do trabalho e as transferências governamentais causaram redução da desigualdade e qual tem maior impacto na distribuição de renda, para realizar tal decomposição se utilizou o software Stata 12.1. Por fim irá se analisar os resultados e fazer a conclusão da presente monografia.

Vale ressaltar as limitações da base de dados aqui utilizada (PNAD), onde a mesma não consegue captar totalmente a renda dos extratos de maior valor da população como a nova pesquisa realizada a partir do ano de 2016 pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, 2016), Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, que traz dados do imposto de renda de pessoa física (IRPF) para complementar as pesquisas já realizadas.

3.1 DETALHAMENTO DOS INDICADORES

Para o entendimento dos indicadores que serão usados na pesquisa, as próximas subseções apresentam *informações* sobre o que são e como são calculados os índices utilizados.

3.1.1 Curva de Lorenz

De acordo com Soares (2006) a Curva de Lorenz (L) é o termo mais usado para medir a desigualdade e ocorre da seguinte forma: $F(x)$ é a distribuição acumulada dos indivíduos cuja renda é inferior ou igual a x e $\Phi(x)$ a parcela da renda total detida pelos mesmos. A Curva de Lorenz é formada por um gráfico de dispersão dessas duas grandezas, ou seja:

$$L = (F(x), \Phi(x)).$$

Portanto para obter a Curva de Lorenz (SOARES, 2006, p. 9):

- 1) Ordena-se a população por renda domiciliar per capita.

2) Acumula-se no eixo horizontal a porcentagem da população de 0% a 100%.

3) Acumula-se no eixo vertical a porcentagem da renda detida por essa mesma população.

Segundo Soares (2006) a Curva de Lorenz inicia no ponto (0,0), ponto que ainda não se contou nenhum indivíduo, portanto não há nenhuma renda; e tem seu término no ponto (100,100), onde todos indivíduos da distribuição foram contados e, portanto, onde toda a renda foi acumulada. A curva é sempre crescente, uma vez que por menor que seja a renda que um indivíduo novo traga para a distribuição, sempre somará na curva. A linha reta diagonal ligando os pontos (0,0) e (100,100) chama-se a Reta da Igualdade Perfeita e representa uma situação hipotética na qual todos têm o mesmo rendimento. Soares (pag.9, 2006) diz que “o dobro da área entre a Curva de Lorenz e a Reta da Igualdade Perfeita é uma das medidas de desigualdade mais usadas e chama-se de Índice de Gini”.

3.1.2 Índice de Gini

Segundo Soares (2006) e Matos (2005) este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima. Trata-se de uma das medidas de distribuição mais usadas no mundo.

De acordo com Junior *et alli* (2010, p. 43):

O índice de Gini é construído baseado na “Curva de Lorenz”, [...], a qual é obtida a partir da ordenação das pessoas segundo seu nível de renda. [...] a curva de Lorenz relaciona a fração acumulada da renda (Y) com a fração acumulada da população (X). O coeficiente de Gini equivale ao dobro da área (α) entre a curva de Lorenz (a que forma um arco no gráfico) e a diagonal (que representa a distribuição onde todas têm exatamente a mesma renda e, por isso, é chamada de linha de perfeita igualdade). Ou seja, quanto mais “distante” a curva de Lorenz estiver da linha de perfeita igualdade de uma distribuição, mais desigual ela é e maior o Índice de Gini.

Ainda conforme o Junior *et alli* (2010) a fórmula utilizada para o cálculo do índice de Gini é a seguinte:

$$G = \frac{\alpha}{\alpha + \beta}$$

Se $\alpha = 0$: Distribuição perfeita da renda;

Se $\beta = 0$: Desigualdade é extrema

Pode-se ainda se calcular o Índice de Gini da seguinte forma:

$$G = l + \left(\frac{1}{n}\right) - \left(\frac{2}{n^2\bar{y}}\right) \sum_{i=1}^n (n - i + 1)$$

Onde:

n = Número de indivíduos observados;

i = A ordem dos indivíduos, quando estão ordenados de forma crescente;

\bar{y} = Rendimento médio

3.1.3 Índice de Theil

Segundo Matos (2005) este índice mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, considerando uma população de n pessoas, em que cada indivíduo receba uma fração positiva (y_i) que representa a renda total.

Matos (2005, P. 21) diz que “os valores y_i têm as mesmas propriedades das probabilidades associadas aos eventos utilizados na teoria da informação, e, por isso, pode se definir a entropia da distribuição de renda de forma análoga à entropia do conteúdo informativo de uma mensagem”.

$$H(y) = \sum_{i=1}^n y_i \ln \frac{1}{y_i}$$

Onde:

y_i é a fração da renda total recebida pelo indivíduo i .

De acordo com Matos (2005) e Hoffmann (1998) quando se tem igualdade perfeita, onde $y_i = (1/n)$ para todo $i = 1, 2, \dots, n$, tem-se que $H(y) = \ln(n)$, e, quando se tem desigualdade perfeita, onde $y_i = 1$ e $y_j = 0$ para todo $j \neq i$, tem-se $H(y) = 0$.

Conforme Matos (2005, P.21):

O valor elevado de entropia significa melhor distribuição de renda, ou seja, no sentido inverso ao Índice de Gini, onde valores altos significam alta concentração. Portanto, pode-se dizer que $H(y)$ é uma medida que avalia o grau de igualdade de uma distribuição.

Segundo Hoffmann (1998), Theil argumentou que é mais plausível usar uma medida de desigualdade, que se obtém fazendo a subtração da medida de igualdade observada de seu valor máximo, portanto definindo:

$$T = \ln(n) - H(y) = \sum_{i=1}^n y_i \ln(n \cdot y_i), \text{ com } 0 \leq T \leq \ln(n)$$

O valor da medida de desigualdade dá-se em nits, que é uma medida natural. Segundo Hoffmann (1998), o índice T de Theil também é conhecido como redundância de distribuição de renda. A medida representa o valor informativo de uma mensagem incerta, em que as probabilidades a posteriori são as frações de renda adquiridas pelos indivíduos, enquanto as probabilidades a priori são iguais a $1/n$ (fração da população que diz respeito a cada indivíduo), portanto, o índice T corresponde à esperança do valor informativo de uma mensagem que altera as frações da população em frações de renda apropriada pelos indivíduos.

3.1.4 Razão entre a Renda Média dos 10% mais Ricos e a dos 40% mais Pobres

A Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, comparando a renda média do décimo mais rico com os quatro décimos mais pobres da mesma distribuição.

Ainda conforme Junior *et alli* (2010) a fórmula utilizada para o cálculo desta razão é a seguinte:

$RR_{R(10)/P(40)}$ = Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres;

$V_{R(10)}$ = Valor agregado pertencente a um décimo mais ricos da distribuição;

$V_{P(40)}$ = Valor agregado pertencente aos quatro décimos mais pobres da distribuição.

$$RR_{R(10)/P(40)} = \frac{V_{R(10)}}{V_{P(40)}}$$

3.1.5 Razão entre a Renda Média dos 20% mais Ricos e a dos 20% mais Pobres

Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres é uma medida do grau de desigualdade da distribuição de renda, conforme a renda domiciliar per capita dos indivíduos segundo Soares (2006). Essa medida compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos em relação a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais pobres de uma mesma distribuição de renda segundo Junior *et alli.* (2010).

De acordo com JUNIOR *et alli* (2010) a fórmula utilizada para o cálculo desta razão é a seguinte:

$RR_{R(20)/P(20)}$ = Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres;

$V_{R(20)}$ = Valor agregado pertencente aos dois décimos mais ricos da distribuição;

$V_{P(20)}$ = Valor agregado pertencente aos dois décimos mais pobres da distribuição.

$$RR_{R(20)/P(20)} = \frac{V_{R(20)}}{V_{P(20)}}$$

3.1.6 Decomposição do Coeficiente de Gini

Segundo Soares (2006) e Hoffmann (1998) a renda domiciliar per capita pode ser decomposta por tipos de renda como as rendas registradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, que são agregadas da seguinte forma: renda do trabalho, renda de juros, dividendos e bolsa família, renda de pensões e aposentadorias, e outras rendas que incluem aluguéis, doações e abono permanência.

Conforme Soares (2006, p. 17) “o Coeficiente de Gini pode ser facilmente decomposto em duas partes: o coeficiente de concentração de cada componente da renda com relação à renda total e o peso de cada renda na renda total”.

De acordo com Soares (2006) assim como o Coeficiente de Gini é formado a partir da Curva de Lorenz, o Coeficiente de Concentração é formado a partir da Curva de Concentração. A curva de concentração ordena no eixo horizontal a proporção acumulada da população em renda total ($F(x)$) e no eixo vertical também ordenada pela renda total, a proporção acumulada da renda $k(\lambda(x))$.

Ou seja:

$$C = (F(x), \lambda(x)).$$

Seguem-se os seguintes passos para construir a Curva de Concentração relativa à renda k de acordo com Soares (2006):

- a) Ordena-se a população por renda domiciliar per capita total.
- b) Acumula-se no eixo horizontal a porcentagem da população de 0% a 100%.
- c) Acumula-se no eixo vertical a porcentagem da renda k por esta mesma população.

Segundo Soares (2006) a área entre a Reta da Igualdade Perfeita e a Curva de Concentração é o Coeficiente de Concentração, sendo que áreas acima da Reta são ponderadas negativamente e, portanto, se a maior parte dessa área fica acima dessa reta o Coeficiente de Concentração é negativo.

Conforme Soares (2006, p. 18) “a Curva de Concentração da renda total é a própria Curva de Lorenz e o Coeficiente de Concentração da renda total é o índice de Gini”.

$$G = \sum_k c_k \mu_k$$

Portanto:

$$\Delta G = \sum_k c_k \Delta \mu_k + \mu_k \Delta c_k$$

Onde c_k é o Coeficiente de Concentração da renda do tipo k em relação à renda total e μ_k a porcentagem da renda k na renda total.

É possível ainda decompor a mudança no coeficiente de Gini de acordo com o peso na renda total e o coeficiente de concentração de cada renda. Inicia-se com a fórmula do produto:

$$\Delta G = \sum_k c_k \Delta \mu_k + \mu_k \Delta c_k$$

“O primeiro termo dentro do somatório é o efeito composição de rendas e o segundo é o termo Coeficientes de Concentração. É possível ainda individualizar a contribuição de cada renda k segundo a fórmula” (SOARES, 2006, p. 23):

$$\frac{\Delta G}{\Delta k} = \mu_k \Delta c_k + (c_k - G) \Delta \mu_k$$

No apêndice do presente trabalho se encontram as tabelas dos desvios padrões e intervalo de confiança, a um nível de significância de 95%, da decomposição do coeficiente de Gini de cada fonte de renda de cada ano na distribuição.

O próximo capítulo trará os resultados obtidos através dos indicadores aqui especificados.

4. RESULTADOS

Neste capítulo, primeiramente, será apresentado um breve contexto do caso da distribuição de renda no Brasil, após será apresentado os resultados obtidos a partir dos dados retirados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs) do ano de 2004 a 2014, com exceção do ano de 2010 para o qual a pesquisa não está disponível. Os dados para a série histórica foram retirados do IPEADATA e os dados para a decomposição do coeficiente de Gini das PNADs do IBGE.

4.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CASO BRASILEIRO

Como assinalado na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE no ano de 2012, “a desigualdade de rendimentos, de oportunidades, de acesso (a serviços públicos, entre outros) e a persistência da pobreza (absoluta e relativa) são traços conhecidos da sociedade brasileira” (IGBE, 2012, p. 162). De acordo com comunicado do IPEA (2012) a desigualdade no Brasil está entre as 12 mais altas do mundo.

Segundo Hoffmann (2001) a desigualdade vem pelo fato da formação econômico-social das colônias portuguesas e espanholas, muito pela grande concentração da posse da terra. Furtado (1967) destaca a grande concentração na economia açucareira colonial na época e que mesmo após a abolição da escravatura não houve mudanças significativas na distribuição da renda.

Segundo Bonelli (1988) estudos realizados na segunda metade da década de 1960, mostram que houve uma queda de 30% no salário real entre os anos de 65 e 67 por causa do resíduo inflacionário. Todos os trabalhos realizados na época mostraram um aumento na concentração de renda no país.

Furtado (1968) enfatiza a desigualdade da renda na época, que a concentração da renda causa uma grande diversificação no consumo das classes mais altas, beneficiando as indústrias de bens duráveis que necessitam

um alto nível de capital para operarem. Ele mostra como a concentração de renda favorece o subemprego de fatores das economias subdesenvolvidas.

Segundo Pochmann (2004) mesmo com um crescimento de 6% ao ano entre 1930 e 1980, não foi capaz de fazer com que o país obtivesse sucesso em chegar a níveis de desigualdade social e tornar homogêneo o mercado de trabalho comparando a países com o mesmo desempenho de crescimento econômico, portanto, não conseguindo conciliar igualdade social com o crescimento econômico.

O país a partir de 1981 entrou em uma fase de estagnação onde surgiu uma nova classe social que por sua vez responsável pelas classes proprietárias de ativos financeiros e secundarização do setor produtivo brasileiro, piorando a situação social do país, onde o estado financiava essa nova classe enquanto que havia desigualdade social, pobreza e alto desemprego, gerando uma nova fase de exclusão social do país (Pochmann, 2004)

Soares (2006) discorre que entre os anos de 1974 e 1979 havia uma desigualdade muito alta, decorrente dos efeitos das crises econômicas deste período. A desigualdade oscilou bastante até 1986, principalmente por causa da crise hiperinflacionária da década de 1980. Após a estabilidade econômica, iniciada em 1994, o país começa a ter uma queda contínua da desigualdade. No entanto, de acordo com Pochmann (2004), o Brasil, mesmo com a grande expansão econômica ocorrida no século XX, não foi capaz de tratar melhor as condições sociais. Este é um problema comum dos países subdesenvolvidos, o que justifica a manutenção da análise dos indicadores que dizem respeito ao problema.

Segundo IBGE (2012) do ano de 1990 a 2000 não se teve mudança significativa na distribuição de renda no Brasil, após os anos 2000 que o país passou a ter mudanças significativas com o crescimento econômico e redução da desigualdade de distribuição de renda através da valorização do salário mínimo e de programas governamentais de transferência de renda.

Soares (2006) em seu artigo discorre que o ano de 2004 foi o de menor desigualdade desde 1984, podendo usar qualquer medida de desigualdade que analise a transferência de renda entre indivíduos mais ricos para os indivíduos mais pobres, irá encontrar tal resultado.

A partir da próxima seção será feita a análise dos índices de distribuição de renda para o período 2004 a 2014, caracterizando a contribuição desta monografia para análise do tema escolhido.

4.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ATRAVÉS DE ÍNDICES ESCALARES

Neste subcapítulo analisar-se-á como a distribuição de renda se comportou através dos índices escalares: índice Gini, índice de Theil e entre as razões dos 40% mais pobres com os 10% mais ricos e os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. A série histórica observada vai do ano de 2004 a 2014, com a exclusão do ano de 2010 para o qual não foi feita a PNAD.

O Gráfico 1 mostra a série histórica do coeficiente de Gini (índice mais conhecido e usado para analisar a distribuição de renda).

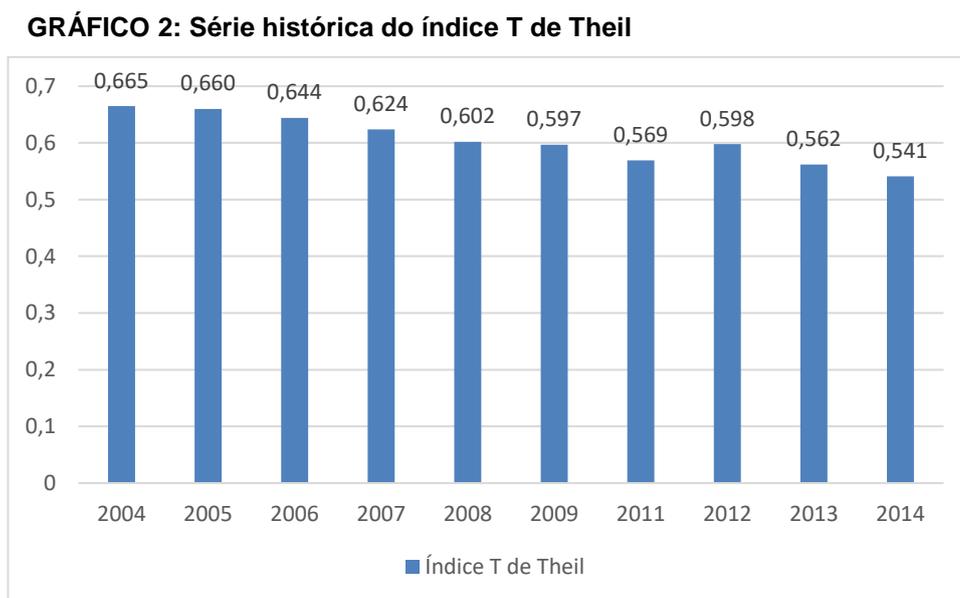


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

De acordo com os dados do IPEADATA, em 2004 o índice de distribuição foi de 0,572 (eleito por Soares (2006) o ano com maior distribuição de renda desde 1976). Percebe-se então que houve um crescimento da distribuição de renda contínua até o ano de 2014, onde o índice de distribuição foi de 0,518 se

mostrando como o ano com a melhor distribuição de renda da série e, portanto, o melhor resultado desde o ano de 1976.

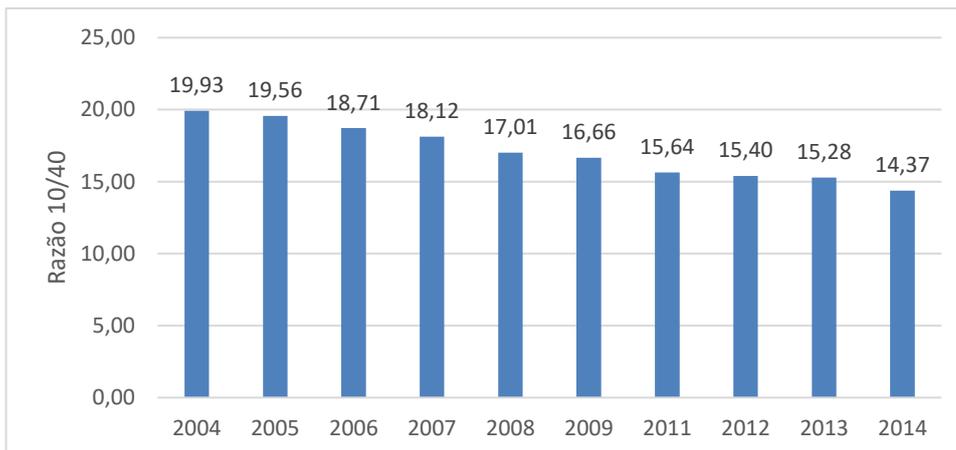
O Gráfico 2 mostra que quando a série história é analisada pelo índice T de Theil também há aumento de distribuição de renda chegando ao ano de 2014 como o ano com o menor índice (0,541). Assim como na série do coeficiente de Gini, o ano de 2014 obteve o melhor resultado desde 1976 via índice T de Theil comparando ao estudo de Soares (2006).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

O Gráfico 3 mostra que há uma diminuição contínua na razão entre as rendas médias, mostrando que há uma melhor distribuição de renda na sociedade, e comparando ao estudo de Soares (2006) onde o ano de 2004 foi o com melhor distribuição com a razão de 19,93, o ano de 2014 foi o melhor na série histórica com a razão de 14,37, sendo essa uma diminuição de 28% no valor do indicador no período.

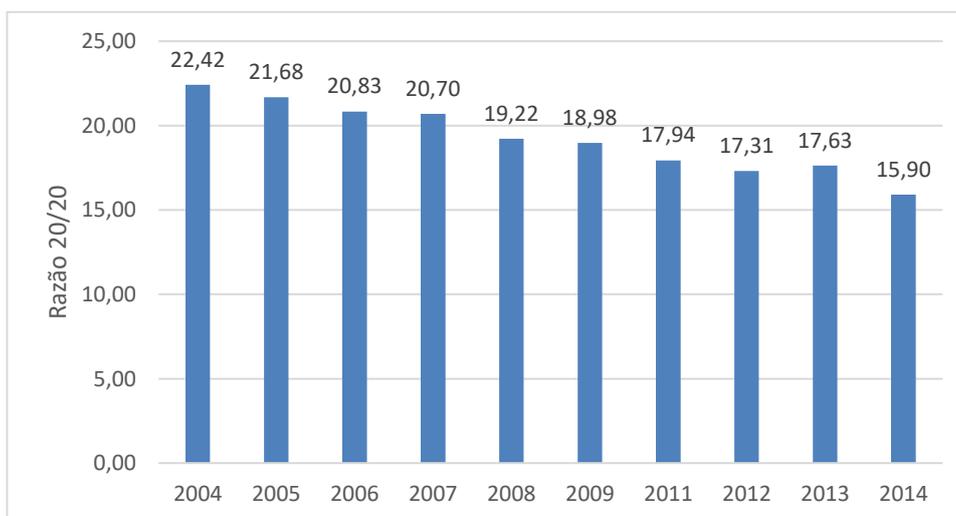
GRÁFICO 3: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

O Gráfico 4 mostra que há a diminuição na razão entre as rendas verificadas (20% mais pobres versus 20% mais ricos), sendo assim as rendas estão mais próximas ano após ano da série, com exceção do ano de 2013 que teve um aumento comparado ao ano anterior, isso porque o ano de 2013 foi o único que a renda dos 20% mais ricos aumentou mais que a dos 20% mais pobres, sendo respectivamente um aumento de 8% contra 7% e isso em termos de valor (R\$) causa uma diferença pois a renda média dos ricos é em média dezoito vezes maior que a dos pobres. O gráfico ainda mostra que o ano de 2014 foi o com a melhor razão chegando a 15,90, valor este referente a uma diminuição de 6,52 pontos no indicador.

GRÁFICO 4: Razão entre a renda média dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos



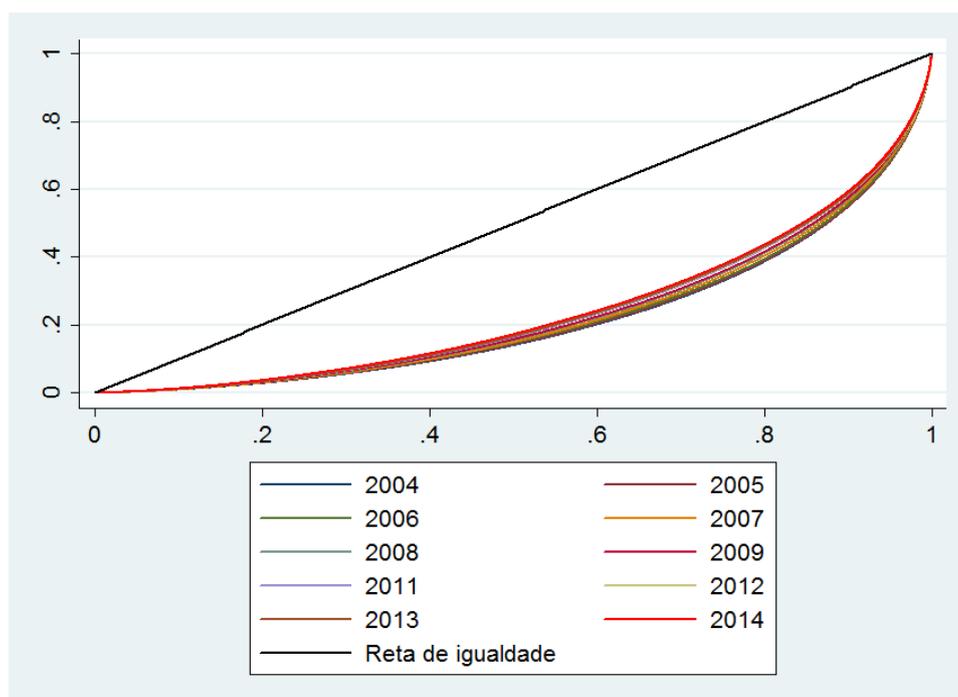
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Todos os índices observados mostraram que há uma constante diminuição da desigualdade, tendo o ano de 2014 com a melhor distribuição, todos os resultados observados se mostraram melhor que o ano de 2004, este sendo o melhor em distribuição segundo Soares (2006) na série histórica de 1976 a 2004. É possível afirmar que, de acordo com os dados e índices usados, a sociedade brasileira se encontrava, no ano de 2014, na sua melhor condição de distribuição de renda desde o ano de 1976.

4.3 DOMINÂNCIA DE LORENZ

O instrumento analítico mais usado para compreender a desigualdade é a Curva de Lorenz (SOARES, p. 9, 2006). Como já detalhado no item 3.1.1, a população foi organizada por décimos no eixo horizontal e a detenção da renda em porcentagem no eixo vertical e quanto mais perto da reta de igualdade, mais bem distribuída é a curva. A curva de Lorenz para a série histórica aqui observada segue a seguir no Gráfico 5.

GRÁFICO 5: Curva de Lorenz



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 2004 a 2014.

Assim como em outros estudos, a Curva de Lorenz não se mostra uma boa ferramenta gráfica como ela é para análise. Mas pode-se ver que a Curva de Lorenz do ano de 2014, curva vermelha, se mostra mais perto da reta de igualdade que qualquer curva de outro ano, tanto nos centésimos mais baixos como nos mais altos.

Para ter uma melhor visão dessa melhora na distribuição de renda, segue o Quadro 1. Neste pode se ver a participação na renda domiciliar por décimos da população. Percebe-se que do 1º ao 5º décimo, o ano de 2014 é o ano com maior valor de participação em cada um dos décimos considerados. Isso volta a se repetir ao se analisar o 7º e 8º décimo novamente. Isso demonstra melhoria na renda domiciliar nestas camadas da população. Ao contrário, o 9º e 10º décimos tem sua melhor condição no ano de 2004. Isso mostra que a melhora de renda dos décimos de menor renda é acompanhada da redução da renda dos décimos de maior renda.

QUADRO 1: Renda domiciliar – participação por décimo da população

Renda domiciliar - participação por décimo da população										
Brasil	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	0,86	1,89	2,72	3,63	4,73	6,13	7,82	10,68	16,21	45,33
2005	0,90	1,93	2,76	3,68	4,78	6,19	7,86	10,62	15,95	45,33
2006	0,92	1,99	2,86	3,80	4,88	6,25	7,93	10,63	15,98	44,75
2007	0,88	2,02	2,91	3,88	5,04	6,48	8,12	10,81	16,02	43,85
2008	0,96	2,11	3,04	4,01	5,17	6,59	8,19	10,87	15,99	43,06
2009	0,96	2,13	3,09	4,09	5,24	6,67	8,27	10,91	15,92	42,74
2011	0,97	2,24	3,24	4,25	5,45	6,89	8,43	10,98	15,74	41,81
2012	1,02	2,29	3,28	4,29	5,49	6,9	8,37	10,92	15,53	41,90
2013	0,96	2,28	3,30	4,33	5,54	6,97	8,44	10,97	15,65	41,55
2014	1,16	2,40	3,40	4,43	5,61	6,96	8,49	11,03	15,63	40,89

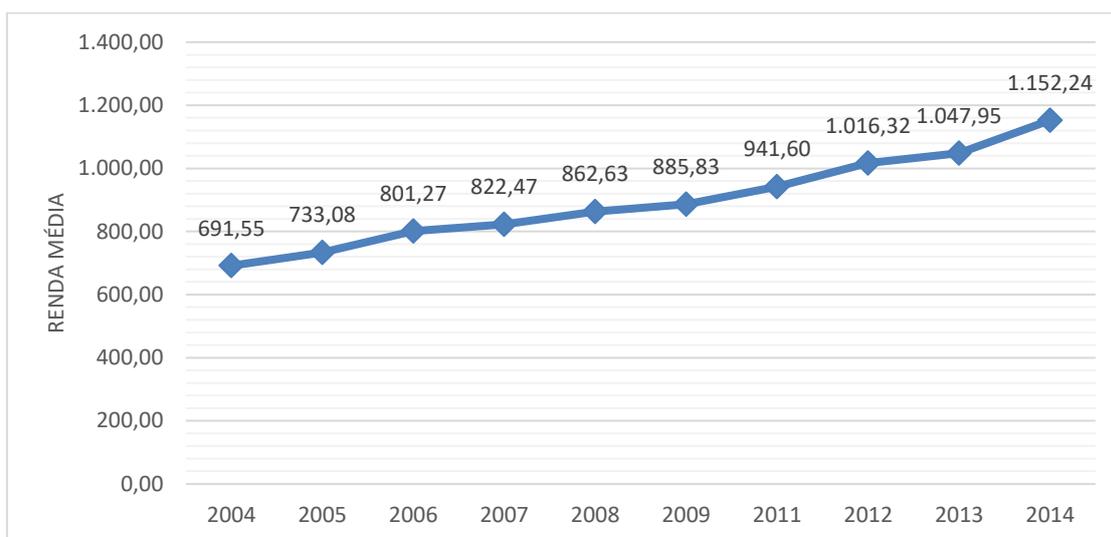
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Isso significa dizer que os décimos mais baixos melhoraram a partir de uma queda dos décimos mais altos podendo-se considerar então uma melhor distribuição de renda no país. Ou seja, a população de renda baixa e média obteve crescimento de renda enquanto os dois décimos mais ricos da população tiveram redução de renda, mais especificamente 4 e 10%.

4.4 DOMINÂNCIA DE PRIMEIRA E SEGUNDA ORDEM

Partindo agora para a análise de bem-estar, primeiramente irá se analisar o crescimento da renda domiciliar per capita real, após irá se analisar a dominância de primeira e de segunda ordem se necessária.

GRÁFICO 6: Renda domiciliar per capita real – média



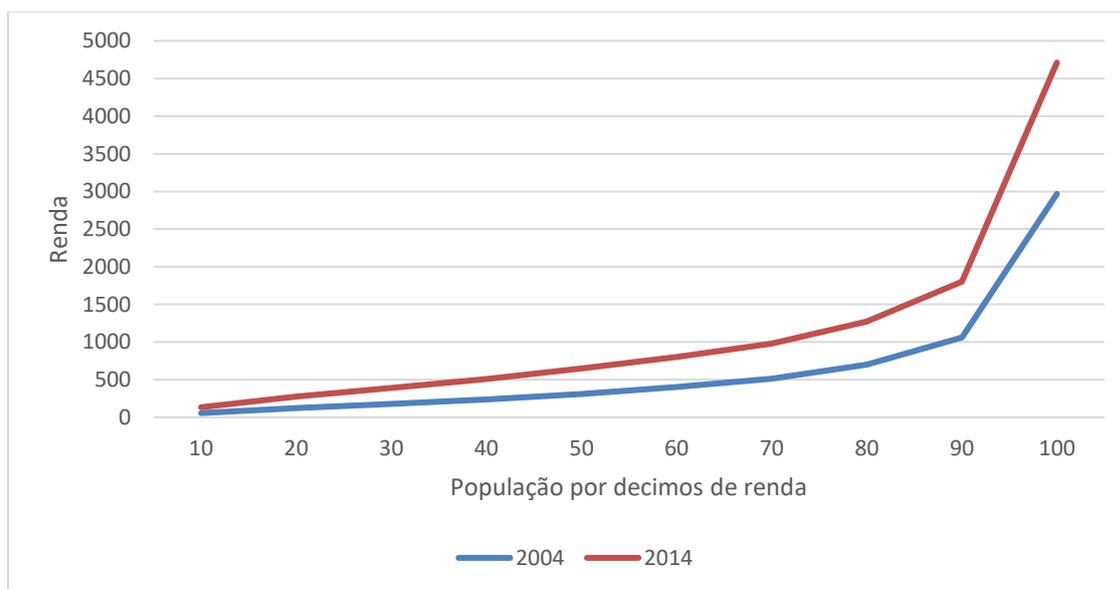
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Conforme mostra o Gráfico 6, há um contínuo aumento da renda média per capita da população, mais especificamente uma média de aumento de 6% de ano em ano, vale lembrar que esta é a renda média real, sendo o ano de 2014 o de maior renda média com R\$ 1,152,24, equivalente a um aumento de 67% em relação a 2004. Pochmann (2015) explica que com o contínuo crescimento econômico, a partir dos anos 2000, houve uma expansão do crescimento de pessoas empregadas com valores levemente acima do salário mínimo, portanto, por estes motivos de expansão da economia fez com que a renda média aumentasse continuamente.

Vale lembrar que a série é calculada a partir das respostas à PNADs, com valores reais aos preços vigentes na realização da última edição da pesquisa, atualizados conforme o deflator para rendimentos da PNAD apresentado pelo IPEADATA, portanto os valores já estão deflacionados.

Seguindo com a análise de bem-estar social, será feita a análise de primeira ordem assim como citada no item 3, a mesma distribui a população por décimos de renda de menor a maior, e a renda média a partir dos décimos da população, conforme o Gráfico 7 a seguir que mostra a relação entre o ano de 2004 e 2014.

GRÁFICO 7: Dominância de primeira ordem

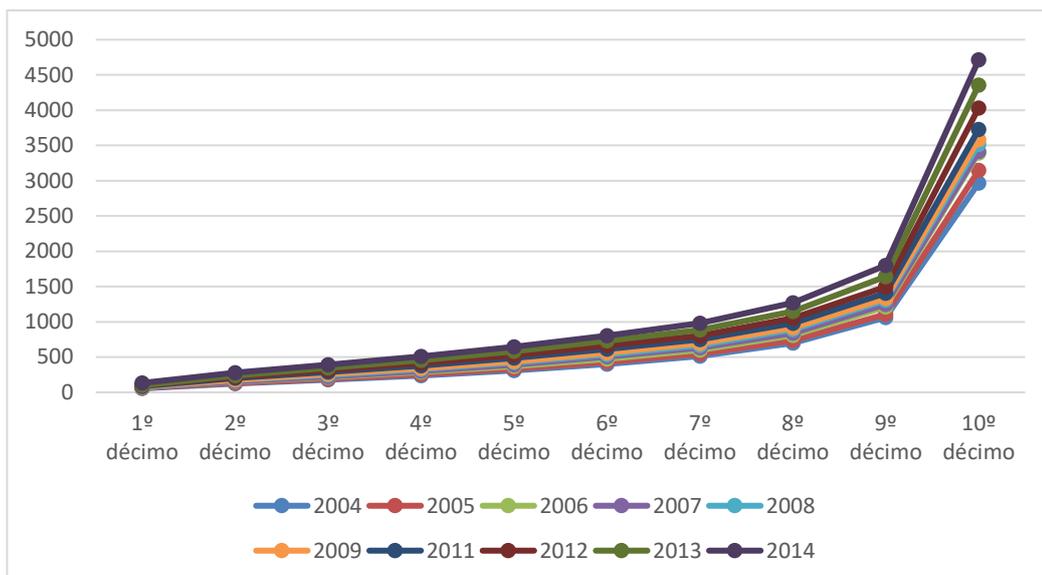


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

De acordo com os resultados obtidos pelo gráfico 7, o ano de 2014 tem dominância de primeira ordem sobre o ano de 2004, isto acontece quando todos os décimos de uma distribuição da população têm a renda maior que os respectivos de outra distribuição, portanto todos os indivíduos da distribuição estão em condição melhor que anteriormente. Neste caso, o primeiro décimo teve uma diferença de 137% de 2004 para 2014, o quinto décimo 109% de aumento e o ultimo décimo 59%, um fator importante é que o crescimento da renda dos décimos da população é decrescente ao decorrer dos décimos, sendo maiores os aumentos das pessoas da parte de baixo da população.

Passando para o Gráfico 8 onde analisa a dominância de primeira, com todos os anos da série aqui observada, pode-se ver que há dominância de primeira ordem ano, após ano, sendo assim um crescimento contínuo do bem-estar social. Assim como na Curva de Lorenz as curvas quase se sobrepõem, principalmente nos décimos de menor renda, mas fica visível a dominância de primeira ordem do ano de 2014 sobre os demais anos.

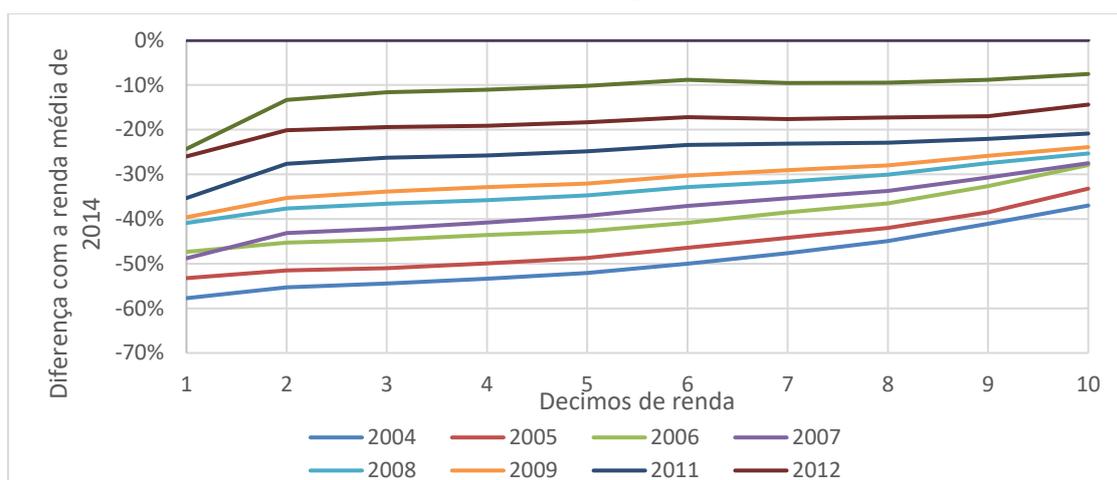
GRÁFICO 8: Dominância de primeira ordem de 2004 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Para melhor entender a dominância de primeira ordem do ano de 2014 sobre os outros anos, o gráfico 9 irá mostrar a diferença em porcentagem entre os decimos da população em relação ao ano de 2014, eleito até aqui pelos índices observados como o melhor em distribuição de renda, portanto o eixo superior (0%) representa o ano de 2014 e o restante das curvas cada um dos outros anos respectivamente.

GRÁFICO 9: Dominância de primeira e segunda ordem



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Como fica visível no gráfico 9, há dominância de primeira ordem ano após ano, exceto em relação a 2006 e 2007 onde as curvas se cruzam no 1º decímo

com o ano de 2006 tendo maior renda que o de 2007 nesse décimo, portanto não há dominância de primeira ordem. Mas há dominância de segunda ordem do ano de 2007 sobre 2006 pois a soma dos décimos mais pobres mostra uma maior renda do mesmo. O ano de 2014 é o período em que todos os décimos da distribuição têm maior renda média que os outros anos. Portanto mais uma vez o ano de 2014 se mostra o melhor, dessa vez como o melhor em bem-estar social.

4.5 ANATOMIA DA REDUÇÃO NA DESIGUALDADE – EXPLICAÇÕES POSSÍVEIS

Através dos métodos já utilizados para analisar a distribuição de renda, observa-se que o ano de 2014 foi de melhor distribuição na série aqui utilizada. Adicionando-se ao estudo de Soares (2006) 2014 torna-se o melhor ano em distribuição de renda desde 1976. Agora resta saber o porquê e como se deu essa melhor distribuição. Soares (p.15, 2006) sinaliza duas explicações possíveis. A primeira é que “a desigualdade caiu graças à política social do Estado, em particular aos programas de transferência de renda e, a segunda explicação “é que foi o mercado de trabalho o responsável por tal queda”.

Soares (2006) e Soligo (2012) descrevem que os programas sociais no Brasil são importantes para a distribuição de renda e que tais programas têm crescido na economia brasileira, como o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo estes os que o governo vinha dando ênfase nos últimos anos.

O BPC de acordo com De Lemos (2013) é um programa que beneficia deficientes e idosos acima dos 65 anos com um salário mínimo, onde a renda familiar per capita não ultrapassa $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o programa serve para dar melhores condições de vida para estes beneficiários, procurando tira-los da linha de pobreza e melhorando a distribuição de renda.

Os valores do BPC, já deflacionados pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC), se encontram na tabela 1, onde o valor total investido, valor total dos benefícios para idosos e deficientes, passou de 820,4 milhões de reais

em 2004, para 2,3 bilhões em 2012, quase triplicando o valor investido de 2004 para 2012, e com o número de beneficiários somando um aumento de 83%, passando de 2 milhões para 3,7 milhões.

TABELA 1: Valor e número total de beneficiários do BPC

Ano	BPC para deficientes - número de benefícios	BPC para deficientes - valor total dos benefícios	BPC para idosos - número de benefícios	BPC para idosos - valor total dos benefícios
2004	1.127.849	R\$449.543.707,93	933.164	R\$ 370.952.378,21
2005	1.211.761	R\$527.382.957,72	1.065.604	R\$ 463.132.398,16
2006	1.293.645	R\$638.430.659,79	1.183.840	R\$ 584.660.674,13
2007	1.385.107	R\$708.128.851,96	1.295.716	R\$ 662.963.911,03
2008	1.510.682	R\$783.671.232,42	1.423.790	R\$ 739.284.997,13
2009	1.625.625	R\$906.957.355,76	1.541.220	R\$ 860.768.101,40
2010	1.778.345	R\$1.025.407.927,29	1.623.196	R\$ 937.073.758,85
2011	1.907.511	R\$1.106.735.220,67	1.687.826	R\$ 980.568.248,85
2012	2.021.719	R\$1.254.105.099,46	1.750.113	R\$1.087.116.316,98

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

O Programa Bolsa Família vem sendo o principal programa do governo de distribuição de renda, segundo Campello (2013), o programa se tornou referência internacional em tecnologia de distribuição de renda além de ser responsável por grande parte do combate à pobreza em nosso país. O programa além de distribuir renda, traz resultados nas questões de melhora da qualidade de vida para as famílias mais pobres. Isso decorre dos requisitos para manutenção dos benefícios, tais como as crianças estarem frequentes nas escolas, irem aos postos de saúde para pesagem e acompanhamento.

A tabela 2 traz dados retirados do IPEADATA onde fica visível a evolução que o país vem tendo no combate à pobreza, os indicadores mostram que a taxa de pobreza e extrema pobreza vem caindo continuamente ao decorrer de 2004 para 2014.

TABELA 2: Taxa de pobreza e extrema pobreza

Ano	Taxa de pobreza - (%)	Número de pessoas pobres – Pessoa	Taxa de extrema pobreza - (%)	Número de pessoas extremamente pobres
2004	33,71	60.132.299	13,22	23.577.095
2005	30,83	56.032.401	11,50	20.889.220
2006	26,75	49.004.957	9,45	17.315.355
2007	25,36	46.706.214	8,96	16.504.043
2008	22,60	41.928.361	7,56	14.032.928
2009	21,41	40.066.020	7,27	13.597.606
2011	18,42	34.355.298	6,31	11.772.648
2012	15,93	30.350.786	5,29	10.081.225
2013	15,09	28.698.598	5,50	10.452.383
2014	13,29	25.888.565	4,20	8.191.008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Os resultados mostram que a taxa de pobreza caiu de 33,71% (correspondente a 60.132.299 milhões de pessoas pobres) do ano de 2004 para 13,29% (25.888.565 de pessoas pobres) em 2014. Isso significa que caiu para um terço do valor de 2004. A taxa de extrema pobreza vai pelo mesmo caminho, tendo caído de 13,22% (correspondente a 23.577.095) no ano de 2004 para 4,2% (correspondente a 8.191.008) em 2014 (reduções ainda maiores que a taxa de pobreza).

Os dados mostrados pelo IPEADATA que estão na Tabela 3, referentes a dezembro de cada ano, do Programa Bolsa Família, revelam o contínuo crescimento que o programa obteve a partir de 2004.

Pode-se perceber que o valor do número de beneficiários de 2004 para 2014 passou de 6.571.839 para 14.003.441, sendo assim um crescimento de 113%, com uma média de crescimento de 8,45% por ano, de pessoas que passaram a receber o benefício. Já o valor total real dos benefícios, onde se deflacionou a série pelo IPCA, passou de R\$ 751.277.747,59 para R\$ 2.367.019.543,00, sendo esta uma diferença de três vezes do valor investido de 2004 para 2014 no programa. O valor médio recebido por pessoa passou de R\$ 66,93 para R\$ 169,03 respectivamente. Valores esses importantes para a distribuição de renda, porque influenciam diretamente nas pessoas mais pobres.

TABELA 3: Dados do Programa Bolsa Família

Brasil	Número de benefícios em dezembro de cada ano	Valor total dos benefícios em dezembro (Valor nominal)	Valor total dos benefícios em dezembro (Valor real)	Valor médio do auxílio
2004	6.571.839	R\$439.870.605,00	R\$751.277.747,59	R\$66,93
2005	8.700.445	R\$549.385.527,00	R\$889.165.147,59	R\$63,14
2006	10.965.810	R\$686.701.812,00	R\$1.083.363.508,44	R\$62,62
2007	11.043.076	R\$831.106.698,00	R\$1.259.591.984,11	R\$75,26
2008	10.557.996	R\$905.899.897,00	R\$1.272.192.276,66	R\$85,80
2009	12.370.915	R\$1.174.266.196,00	R\$1.583.121.612,99	R\$94,92
2010	12.778.220	R\$1.239.042.080,00	R\$1.574.646.291,90	R\$96,97
2011	13.352.306	R\$1.602.079.650,00	R\$1.917.605.552,28	R\$119,99
2012	13.900.733	R\$2.012.526.564,00	R\$2.273.495.109,86	R\$144,78
2013	14.086.199	R\$2.139.325.691,00	R\$2.288.931.089,83	R\$151,87
2014	14.003.441	R\$2.367.019.543,00	R\$2.367.019.543,00	R\$169,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Partindo para a segunda explicação dada por Soares (2006), a queda da desigualdade se dá também pelo trabalho e respectivamente por sua renda. De acordo com dados do IPEADATA, retirados da PNAD em 2004 (Tabela 4), o número de pessoas que estavam trabalhando na semana da pesquisa eram de 78.325.344 em 2004. Este volume passou para 92.869.853 pessoas trabalhando em 2014. Pode-se abstrair disso uma taxa de crescimento positiva na série que em média cresceu 1,97% ao ano chegando ao aumento total de 18,57% de 2004 para 2014. O aumento de trabalhadores empregados significa que há mais pessoas com renda disponível na sociedade.

TABELA 4: População ocupada

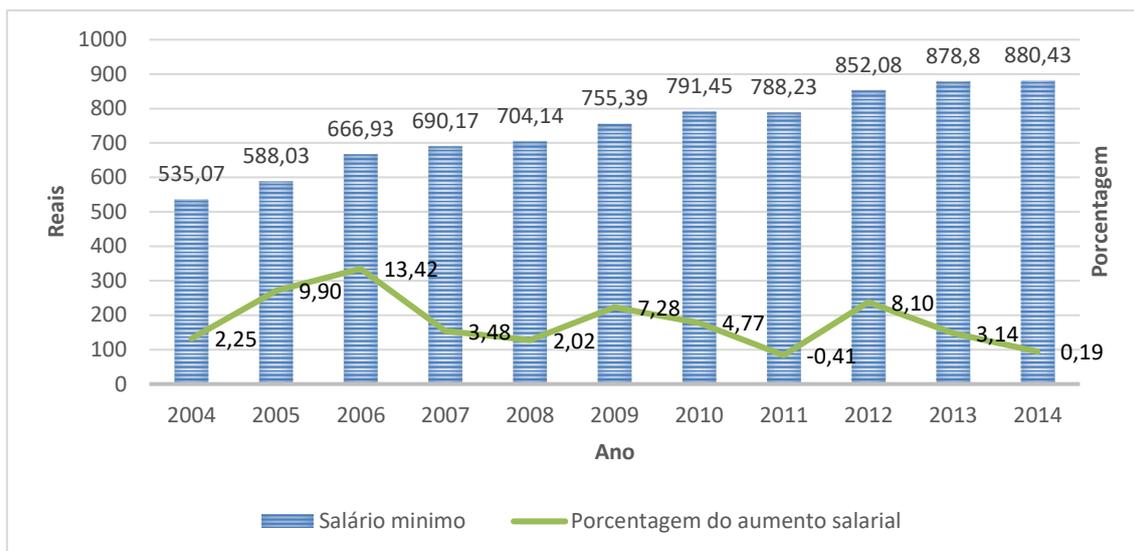
Ano	População ocupada – Pessoa	Taxa de crescimento da população ocupada
2004	78.325.344	2,49%
2005	80.150.144	2,33%
2006	81.907.931	2,19%
2007	83.226.404	1,61%
2008	85.661.152	2,93%
2009	86.360.449	0,82%
2011	87.476.543	1,29%
2012	88.885.770	1,61%
2013	90.385.603	1,69%
2014	92.869.853	2,75%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Assim como a população ocupada aumentou constantemente, o salário mínimo vem pelo mesmo caminho. Segundo Soares (2006) este apresentava com um crescimento contínuo entre 1994 a 2004. Percebe-se também um crescimento contínuo de 2004 a 2014, com a exceção do ano de 2011, como mostra o Gráfico 10.

Os dados do salário mínimo real foram retirados do IPEADATA referentes a setembro de cada ano. O salário mínimo real no mês de referência teve queda apenas de 2010 para 2011 com uma média de crescimento de 5% a cada ano e com a diferença de 64,54% do salário de 2014 para 2004. O aumento do salário mínimo age na distribuição de renda, porque seu crescimento influencia diretamente nas classes mais baixas da população.

GRÁFICO 10: Série Histórica do Salário mínimo Real



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA.

Assim como em Soares (2006), de acordo com dados dos programas de transferência de renda e do mercado de trabalho, as duas explicações têm participação importante na melhora de distribuição de renda no país. Resta agora saber o peso que cada um tem nesse processo, para isso a próxima seção mostrara a decomposição por fonte de renda como em Hoffmann (1998) e Soares (2006).

4.6 DECOMPOSIÇÃO POR FONTE DE RENDA

Esta seção tem por objetivo verificar o peso que cada renda tem sobre a renda total nos últimos anos. Para tanto, será realizada a decomposição do coeficiente de Gini, dividindo a renda total *per capita* por fontes de renda e agregando-as da seguinte forma:

1. **Renda do trabalho:** que inclui a renda de todos os trabalhos, principal, secundário e outros;
2. **Previdência outra:** que inclui o rendimento de aposentadoria e pensão não indexados ao salário mínimo;

3. **Previdência SM:** que inclui o rendimento de aposentadoria e pensão indexados ao salário mínimo para verificar se o indivíduo recebia exatamente um salário mínimo no período pesquisado;
4. **Juros e Bolsa Família:** que inclui rendimento de juros de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos e programas sociais como o Bolsa Família;
5. **Outras rendas:** que inclui rendimento de doação, abono permanência e aluguéis.

Vale ressaltar que um problema desta análise é não conseguir separar a renda dos programas sociais dos juros e dividendos, pois os mesmos são compatibilizados juntos nas PNADs. Caso as rendas fossem separadas poderia ter-se resultados mais exatos de cada renda, onde a primeira beneficia a parte de baixo da população enquanto a segunda a parte de cima.

Importante destacar ainda que a agregação feita segue as orientações metodológicas de Soares (2006).

A partir da decomposição do coeficiente de Gini obteve-se os resultados apresentados nos quadros 2, 3 e 4. O primeiro quadro mostra o peso em porcentagem que cada categoria tem sobre a renda total *per capita* e o nível de concentração de cada tipo de renda *k*. O segundo mostra a participação e à correlação que a renda *k* tem na distribuição da renda total *per capita*. Por último, o terceiro quadro mostra a variação causada na distribuição de renda caso houvesse aumento de 1% na renda *k*. As tabelas com os respectivos desvios padrões, com nível de confiança de 95%, de cada fonte de renda a cada ano se encontram no Apêndice deste trabalho.

O quadro 2 mostra o que já era de se esperar, que a renda do trabalho é responsável pela maior parte da renda *per capita*. Ao decorrer da série houve aumento de 0,2 pontos percentuais de 2004 para 2014, passando de 76,6% para 76,8% em 2014, com sua maior participação no ano de 2011 com 77,5% da renda total, além disso seu nível de concentração diminuiu de 0,817 em 2004 para 0,772 em 2014, sendo assim houve uma melhora substancial, com uma redução de 5,7%.

QUADRO 2: Peso de cada renda e nível de concentração

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Porcentagem de cada renda na renda domiciliar per capita (%)										
Renda do Trabalho	76,6	76,2	76,1	77,1	76,7	76,3	77,5	77,2	77,4	76,8
Juros e Bolsa Família	1,7	1,8	2,3	1,7	1,9	1,8	2,1	2,5	2,1	2,3
Previdência SM	4,5	4,9	5,1	5,3	5,2	5,7	5,8	6,1	6,2	6,2
Previdência Outra	14,8	14,6	14,1	13,8	14	14,2	13,3	12,6	13	13,1
Outras Rendas	2,4	2,5	2,4	2,1	2,2	2,1	1,4	1,5	1,4	1,5
Nível de concentração da renda k										
Renda do Trabalho	0,817	0,813	0,808	0,803	0,795	0,793	0,784	0,779	0,780	0,772
Juros e Bolsa Família	0,979	0,981	0,971	0,975	0,969	0,966	0,963	0,966	0,960	0,960
Previdência SM	0,941	0,939	0,939	0,937	0,937	0,935	0,931	0,929	0,928	0,927
Previdência Outra	0,973	0,973	0,972	0,972	0,971	0,971	0,970	0,969	0,968	0,967
Outras Rendas	0,991	0,991	0,991	0,992	0,992	0,992	0,995	0,995	0,995	0,993

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 2004 a 2014

A categoria Juros e Bolsa Família viu seu nível de concentração diminuir de 0,979 para 0,960 de 2004 para 2014 e aumentar sua participação em termos absolutos em 38%, aumentando de 1,7% para 2,3% em termos de pontos percentuais da renda total, tendo sua maior participação na renda total no ano de 2012 com 2,5%. Pode-se citar como responsável por parte desse aumento a expansão das políticas de distribuição de renda como por exemplo o programa Bolsa Família que aumentou em 113% seu número de beneficiários e o BPC em 87%.

Um dado importante a se analisar é o da Previdência SM, que aumentou 1,7 pontos percentuais em sua participação na renda per capita de 2004 para 2014, correspondendo a um crescimento de 37% em sua participação, isso significa que tem mais pessoas recebendo aposentadoria e pensão iguais a um salário mínimo, e assim como nas outras rendas, sua renda é concentrada principalmente nas pessoas das camadas mais pobres da população.

A categoria de Previdência Outra, teve diminuição na sua participação, de 14,8% em 2004 para 13,1% em 2014, diminuição essa que corresponde em 11% na mesma, e sua concentração não variou muito durante o período, com uma redução em média de 0,08% no índice de Gini a cada ano. Por fim a categoria Outras Rendas apresentou redução na sua participação, passando de 2,4% no início da série para 1,5% no final, sendo assim diminuiu sua participação em 37%

e sua concentração aumentou de 0,991 para 0,993, que como as demais se mostrou uma renda concentrada.

QUADRO 3: Correlação e participação da renda k com a distribuição de renda

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Correlação da renda k com a distribuição de renda										
Renda do Trabalho	0,703	0,702	0,703	0,704	0,699	0,697	0,698	0,698	0,700	0,691
Juros e Bolsa Família	0,146	0,206	0,116	0,025	0	-0,093	-0,077	0,019	-0,185	-0,147
Previdência SM	0,154	0,177	0,193	0,178	0,175	0,192	0,171	0,180	0,183	0,170
Previdência Outra	0,777	0,776	0,770	0,765	0,760	0,766	0,747	0,742	0,741	0,736
Outras Rendas	0,690	0,682	0,689	0,695	0,717	0,708	0,703	0,710	0,710	0,639
Participação da renda k na distribuição de renda (participação no coeficiente de Gini)										
Renda do Trabalho	0,761	0,758	0,764	0,775	0,769	0,766	0,789	0,789	0,794	0,789
Juros e Bolsa Família	0,004	0,006	0,005	0,001	0	-0,003	-0,003	0,001	-0,007	-0,006
Previdência SM	0,011	0,014	0,016	0,016	0,015	0,018	0,017	0,019	0,020	0,019
Previdência Outra	0,194	0,191	0,186	0,183	0,187	0,192	0,179	0,171	0,175	0,180
Outras Rendas	0,029	0,030	0,029	0,026	0,028	0,027	0,018	0,02	0,019	0,019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 2004 a 2014

O quadro 3 mostra que a correlação da renda do trabalho na concentração de renda vem diminuindo, especificamente na ordem de 1,64% de 2004 para 2014. Isso significa que ela vem sendo melhor distribuída. Caso aumentasse a correlação, ter-se-ia uma desigualdade crescente. Além disso, a participação desta renda no índice de Gini aumentou de 2004 para 2014, onde era de 0,761 e chegou a 0,789.

A renda de Juros e Bolsa Família foi a que mais se alterou, onde a correlação passou a ser negativa, especificamente ela se alterou de 0,146 para -0,147. Além disso sua participação no coeficiente de Gini também se tornou negativa no decorrer da série, mais especificamente 0,004 para -0,006. Com tais resultados, essa categoria passa a ajudar diretamente na distribuição da renda. É provável que essa mudança ocorra em função da ampliação dos montantes destinados aos programas sociais nos últimos anos. O fato de a PNAD não permitir a separação do dado entre juros e o Bolsa Família cria uma limitação de análise aqui.

A correlação da Previdência SM e Previdência Outra com a distribuição de renda foram inversas. Enquanto a primeira aumentou sua correlação, a segunda diminuiu, 10,28% e 5,26% respectivamente. Em relação a participação

no coeficiente de Gini, a primeira aumentou 65% sua participação e a segunda diminuiu 7%, e assim como a Previdência Outra. A categoria Outras Rendas também diminuiu sua correlação e participação na distribuição, 7,34% e 35%.

QUADRO 4: Variação na distribuição de renda caso a renda k aumente 1%

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Renda do Trabalho	-0,005	-0,004	0,002	0,004	0,002	0,003	0,014	0,017	0,020	0,020
Juros e Bolsa Família	-0,013	-0,012	-0,018	-0,016	-0,019	-0,021	-0,024	-0,024	-0,028	-0,029
Previdência SM	-0,034	-0,035	-0,035	-0,037	-0,037	-0,038	-0,041	-0,042	-0,042	-0,043
Previdência Outra	0,046	0,046	0,045	0,045	0,047	0,050	0,046	0,045	0,045	0,049
Outras Rendas	0,005	0,004	0,005	0,005	0,006	0,006	0,004	0,005	0,005	0,003

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 2004 a 2014

De acordo com o quadro 4, nos anos de 2004 e 2005, caso ocorresse o aumento de 1% na renda do trabalho, causaria a redução do coeficiente de Gini da renda total per capita em 0,005% e 0,004%, nos demais anos do período observado, causariam um aumento no mesmo.

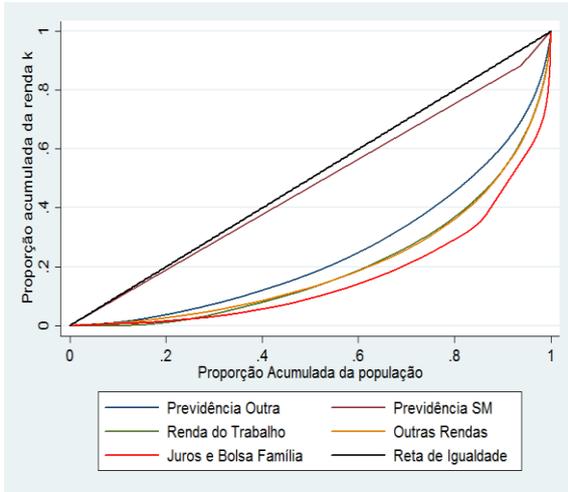
As categorias Juros e Bolsa Família e Previdência SM tiveram seus melhores resultados no ano de 2014, onde se houvesse o aumento de 1% em sua renda, causariam a redução do coeficiente de Gini em 0,029% e 0,043% respectivamente. Além disso seu impacto a favor da diminuição do coeficiente de Gini vem sendo crescente ao passar dos anos.

As categorias Previdência Outra e Outras rendas a cada aumento de 1% de sua renda na distribuição de renda, causariam o aumento no coeficiente de Gini. A primeira é a que mais causaria aumento de todas as categorias, e a segunda pelo tamanho do seu peso a que menos causaria, as mesmas não variaram muito no decorrer do período, 1% e -1% respectivamente.

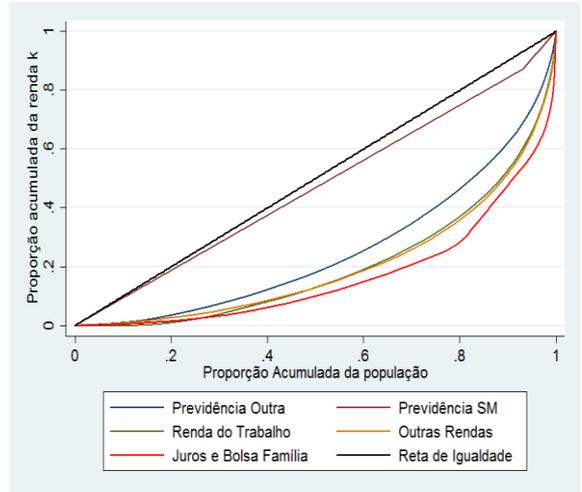
Para uma melhor visualização nas mudanças das rendas segue o gráfico 11 com os painéis de 1 a 10 que mostram a evolução de cada renda de 2004 a 2014. Cada painel mostra a curva de Lorenz de cada tipo de renda na distribuição da renda total per capita, onde se ordenou e classificou a população por percentis e se obteve o valor de suas respectivas rendas na distribuição.

GRÁFICO 11: Curva de concentração de cada renda k na renda total.

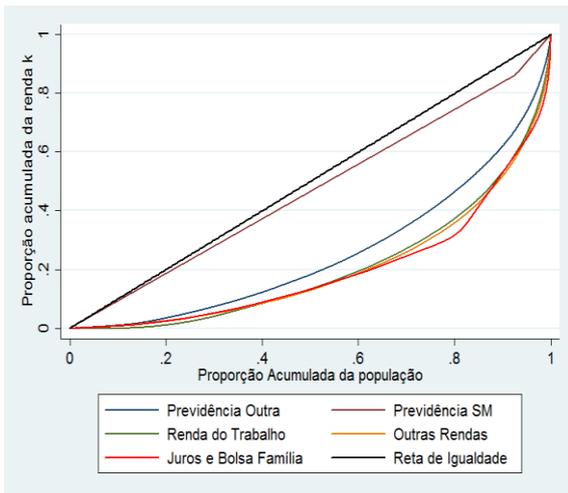
Painel 1 - 2004



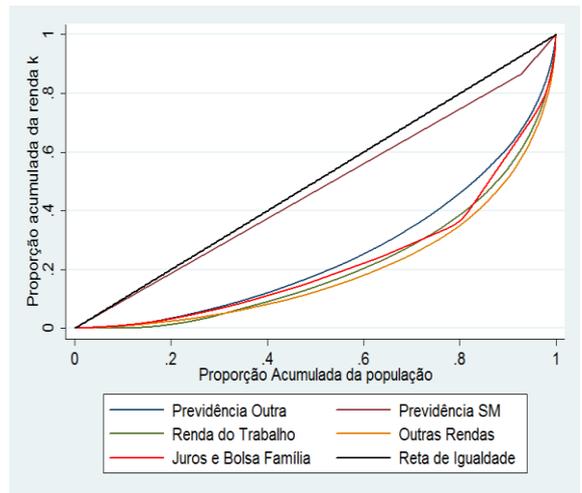
Painel 2 - 2005



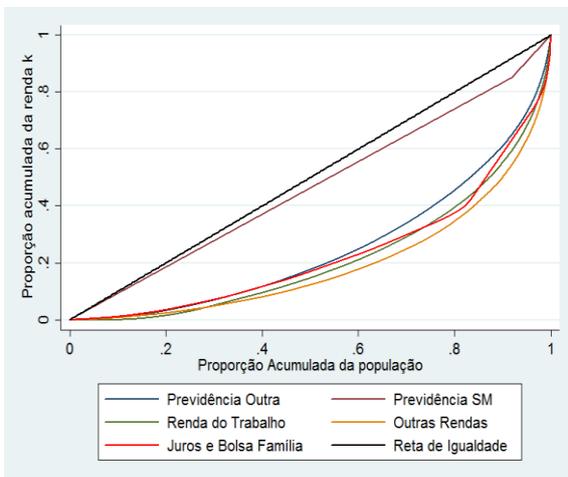
Painel 3 - 2006



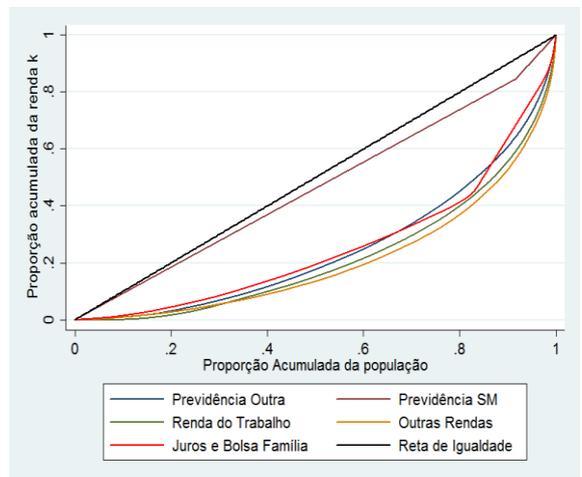
Painel 4 - 2007



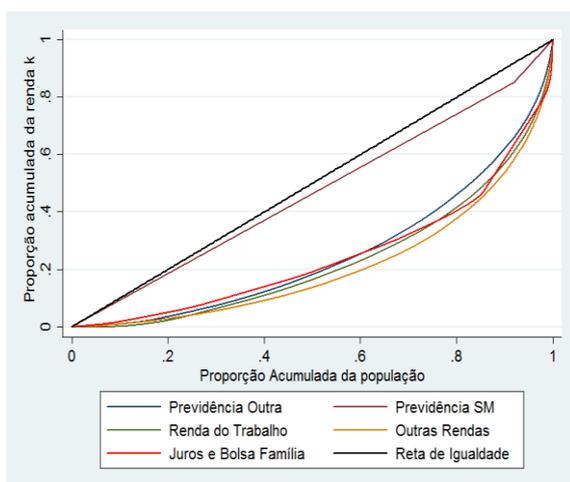
Painel 5 - 2008



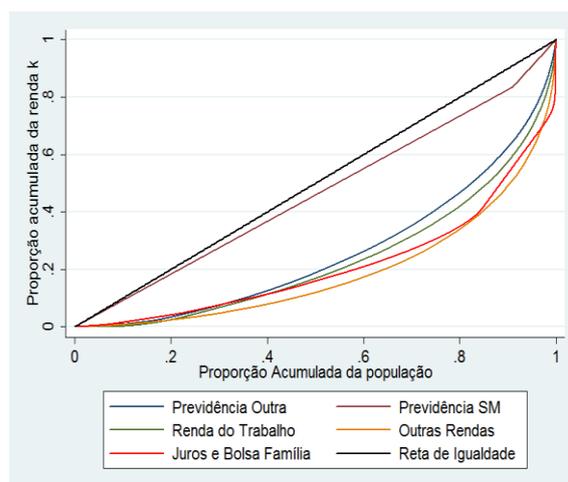
Painel 6 - 2009



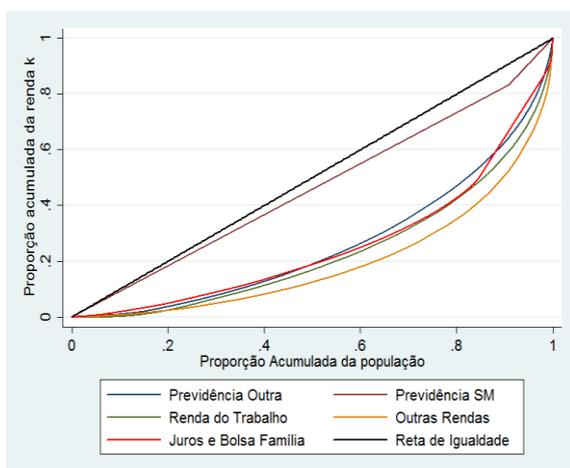
Painel 7 - 2011



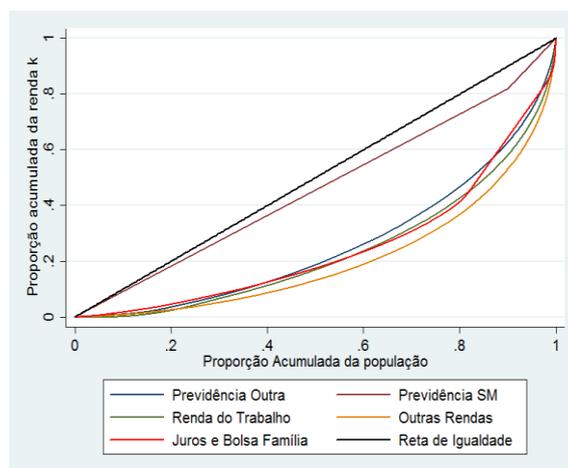
Painel 8 – 2012



Painel 9 - 2013



Painel 10 - 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 2004 a 2014

Através dos painéis do Gráfico 11, analisando a trajetória que cada curva de Lorenz de cada tipo de fonte de renda tem na renda total *per capita*, pode-se afirmar que na comparação do ano de 2014 com o ano de 2004, todas as rendas se tornaram menos desiguais, indo em direção a reta de igualdade. Isso é importante para a melhor distribuição de renda da população.

Através dos painéis, ao decorrer dos anos, a trajetória da curva da renda do trabalho vem se aproximando da reta de igualdade, onde chega a sua melhor posição no ano de 2014 e a pior no ano de 2004. Outro fator importante é que ela se aproxima da reta de igualdade de modo homogêneo, sendo assim melhor distribuída entre a população, portanto tornando a distribuição menos desigual.

A renda da previdência SM, que mostra quem recebe exatamente um salário mínimo em aposentadoria ou pensão, se mostra a renda mais bem distribuída, pois, pelos gráficos é visível que ela está muito perto da reta de igualdade. Sua curva, nas porcentagens mais baixas da população, quase se sobrepõe (em todos os anos) sobre a reta de igualdade. Portanto, as políticas do salário mínimo para a parcela da população que recebe essa remuneração é importante para a distribuição de renda.

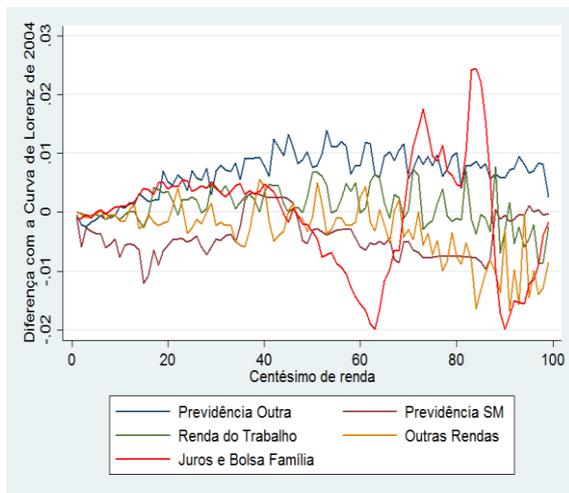
Nesta forma gráfica, é melhor de se entender como a renda da categoria de Juros e Bolsa Família se comporta. Parte de sua renda age diretamente na parte de baixo da população (programas sociais) enquanto a outra na parte de cima (juros e dividendos), vale lembrar que a mesma não pode ser dividida. Está foi a renda que mais se alterou, tendo um constante crescimento na distribuição em prol da igualdade, principalmente nas porcentagens mais baixas da população. Isso faz com que a curva esteja mais próxima da reta de igualdade para estas porcentagens no ano de 2011, enquanto isso a curva na parte superior se tornou menos desigual no ano de 2014.

Enquanto isso, a renda da Previdência Outra e Outras Rendas oscilam durante o período sem expressivas mudanças, mas assim como as outras rendas, se tornou mais próxima da reta de igualdade no ano de 2014 do que estava no ano de 2004.

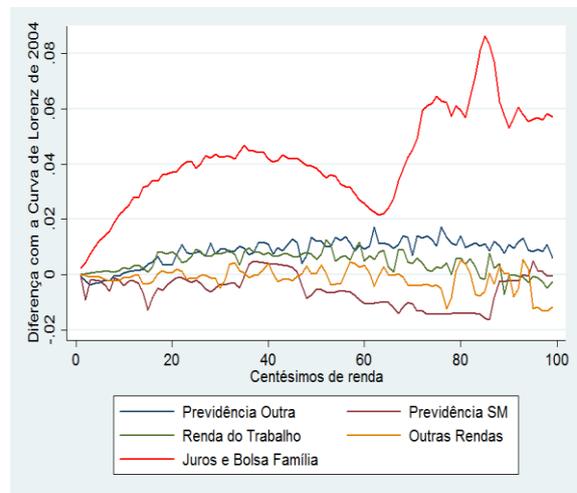
Para uma melhor visualização das mudanças que houve nas categorias de renda no passar dos anos aqui analisados, mostrar-se-á nos painéis, de 1 a 9, do Gráfico 12 a diferença de cada curva de Lorenz de seu ano com a curva do ano de 2004, ano que Soares (2006) sinalizou como o melhor em distribuição de renda, desde 1976, a partir dos resultados obtidos em seu estudo.

GRÁFICO 12: Diferença de cada renda k em seu ano com a mesma no ano de 2004

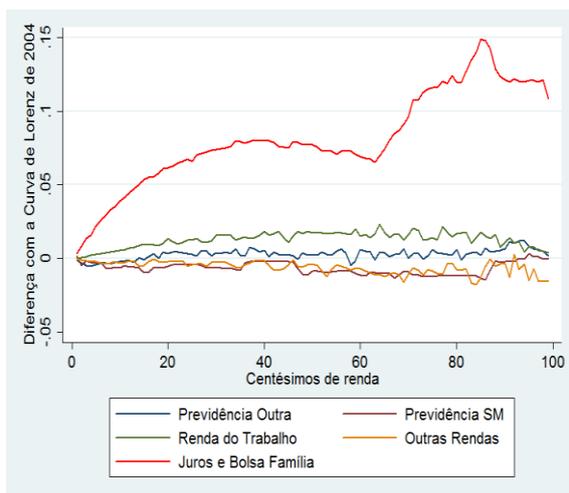
Painel 1 - 2005 – 2004



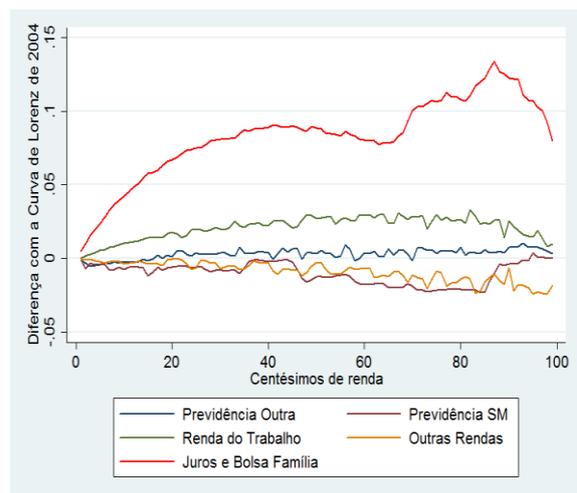
Painel 2 - 2006 – 2004



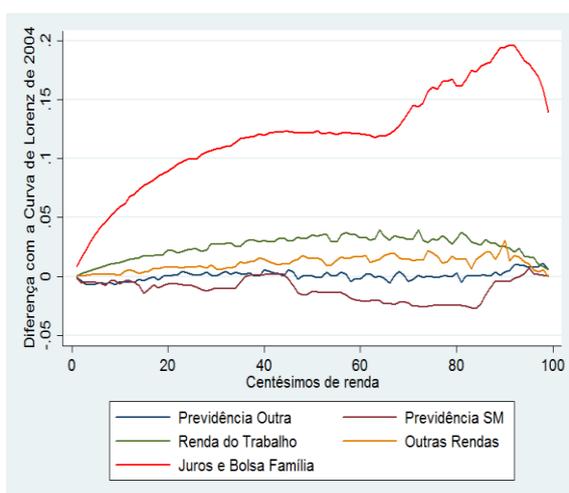
Painel 3 - 2007 – 2004



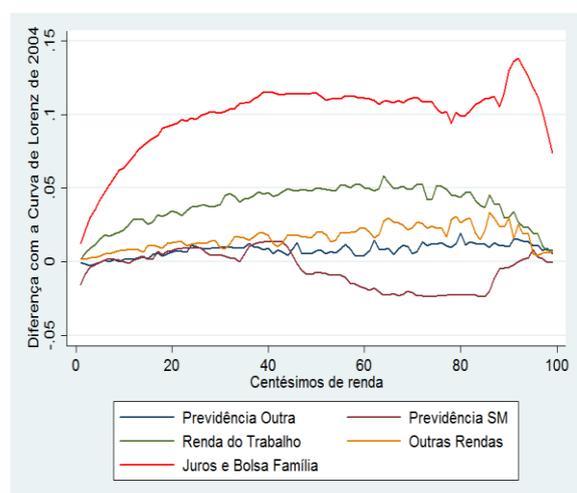
Painel 4 - 2008 – 2004



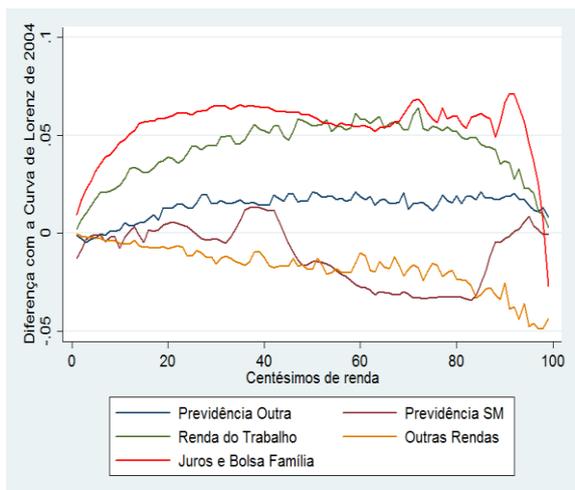
Painel 5 - 2009 – 2004



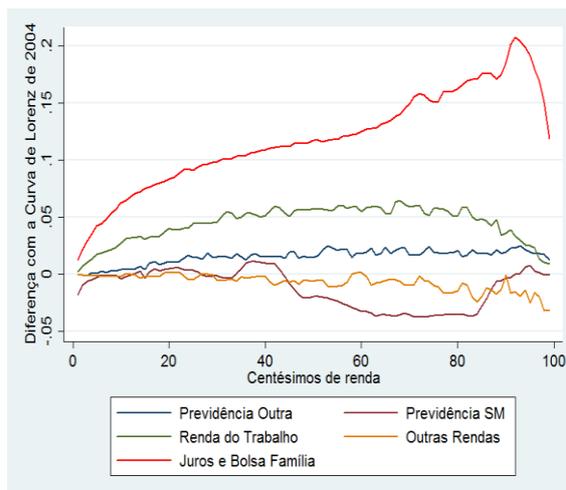
Painel 6 - 2011 – 2004



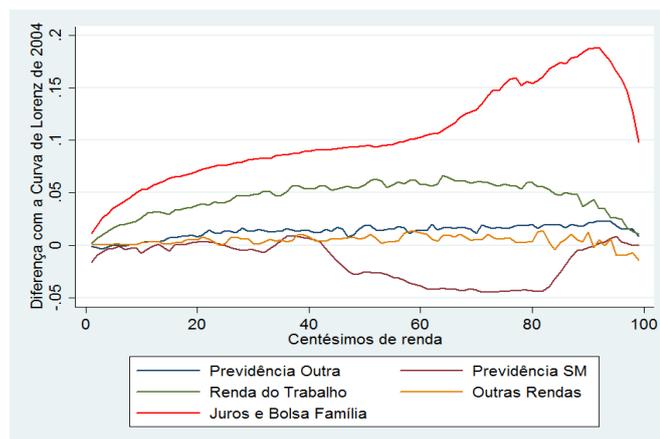
Painel 7 - 2012 – 2004



Painel 8 - 2013 – 2004



Painel 9 - 2014 – 2004



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 2004 a 2014

De acordo com os painéis, há uma evolução no aumento da participação da renda de juros e Bolsa Família na renda total *per capita*, principalmente nos centésimos mais baixos da população. Serve de exemplo o caso da população que se encontra no primeiro centésimo da população que passou de 0,0057 para 0,0171, na diferença de 2004 para 2014. Além disso, os primeiros dez centésimos e os primeiros cinquenta centésimos cresceram em média 149% e 98%, sendo está a categoria de renda que mais cresceu desde 2004.

A renda do trabalho foi a segunda que mais cresceu sua participação na distribuição de renda em relação ao ano de 2004. O ano de 2014 foi o que teve melhores resultados com os primeiros dez centésimos crescendo em média 124% e os cinquenta primeiros centésimos 53%. Assim como na renda juros e

Bolsa Família os que mais cresceram foram os centésimos mais baixos da população, do qual se destaca o segundo centésimo, o qual quadruplicou sua participação de 2004 para 2014.

A categoria da previdência SM teve mudança nos centésimos mais altos, onde sua participação diminuiu, concentrando sua participação nos centésimos da metade de baixo da população, mais especificamente dos cinquenta centésimos mais baixos, além disso vale ressaltar que essa categoria de renda foi a que ficou mais próximo a reta de igualdade, portanto a renda que é melhor distribuída na renda total per capita.

Enquanto isso a categoria de Previdência Outra vem perdendo participação na metade de cima da curva de Lorenz, e pôr fim a categoria de Outras Rendas oscilou durante o período sem grandes mudanças terminando a diferença com um pouco acima da curva de 2004.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a distribuição de renda de 2004 a 2014, procurando entender os fatores que levaram a acontecer tal mudança, através da metodologia detalhada no capítulo 3. Todos resultados obtidos no trabalho mostraram o ano de 2014 como o ano de melhor distribuição de renda do período observado. Este teve a maior diminuição entre a razão da renda média dos 40% mais pobres e os 10% mais ricos, dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos, o melhor comportamento da curva de Lorenz, que se manteve mais próxima da reta de igualdade do que as curvas dos outros anos, a renda domiciliar *per capita* viu seus décimos mais baixos da população aumentarem sua participação, enquanto que os décimos mais altos da população diminuíram, a renda domiciliar per capita real média foi a maior, dominou estritamente todos os anos em todos os décimos da população. Esta percepção é confirmada tanto pelo coeficiente de Gini como pelo índice de Theil

Os resultados obtidos na decomposição do coeficiente de Gini por fonte de renda, mostraram que houve uma melhor distribuição entre todos percentis, mas nas classes mais baixas da população, que houve aumento expressivo nas suas participações na renda total per capita. A mais importante transferência se deu pela renda do trabalho, pelo motivo dela ser a maior fonte de renda da renda domiciliar per capita em todos os anos, portanto, pelo tamanho da sua magnitude nesta distribuição ela se torna a renda mais importante e a que mais distribui. Sua concentração diminuiu em 6% durante o período verificado, sua participação no coeficiente de Gini aumentou e sua variação a cada aumento de 1% na mesma causa, em 2014, um aumento no coeficiente de Gini cinco vezes menor do que causava em 2004.

Outro fator importante a ser citado é o contínuo aumento da participação da renda do trabalho nos percentis mais baixos da população como visto nos painéis do gráfico 11 e 12, isso é muito importante para uma melhor distribuição onde a renda do trabalho é melhor distribuída para a parte de baixo da população.

A categoria da renda Juros e Bolsa Família evoluiu de 2004 para 2014, onde uma mudança de 1% dessa renda causa a diminuição do coeficiente de Gini em 0,029%. Grande parte deste aumento está na expansão das transferências de renda pelos programas Bolsa Família e BPC, onde o primeiro dobrou o número de

beneficiários e o segundo chegou perto de dobrar, com 87% a mais de beneficiários. Tais programas são responsáveis por tirar muitas pessoas da pobreza e extrema pobreza.

Em relação a previdência SM, através das curvas de Lorenz, pode-se notar que ela quase se sobrepõe sobre a reta de igualdade, sendo assim a renda que é mais bem distribuída de todas aqui analisadas. Isso pode se justificar pela política da manutenção do salário mínimo, que normalmente favorece as pessoas de classe baixa, as quais recebem este limite de renda. Outro importante resultado foi o aumento da sua participação na renda domiciliar per capita total.

A Previdência Outra variou durante o período e perdeu espaço na composição da renda per capita total, com a diminuição em sua participação na metade de cima da população. A categoria de Outras Rendas também variou durante o período e não obteve grandes mudanças na sua participação na renda per capita total.

Um limite encontrado para este trabalho foi o de não conseguir analisar separadamente os valores do rendimento de dividendos e juros de poupança e de outras aplicações financeiras do rendimento dos programas sociais, pois a PNAD em sua pesquisa agrega estes rendimentos em apenas uma categoria de renda.

Pode-se dizer que as análises aqui feitas confirmam-se naquelas estabelecidas por Soares (2006) para o período anterior. O pesquisador afirma que para que ocorresse a melhora por ele observada foram importantes a desconcentração da renda do trabalho e os programas de transferência de renda como o programa Bolsa Família. Além das análises que se confirmaram, pode-se afirmar que a política do contínuo aumento do salário mínimo acima da inflação é importante para uma melhor distribuição de renda.

Para que siga ocorrendo essa melhora na distribuição de renda nos próximos anos é necessário que se dê continuidade a tais programas e políticas, em conjunto da expansão do mercado de trabalho. Porém para que a desigualdade diminua em ritmo mais acelerado é necessário além da manutenção, a criação de novas políticas e programas que beneficiem a distribuição de renda e o bem-estar social.

A expectativa é que este trabalho tenha contribuído para a análise e entendimento da evolução que a distribuição de renda obteve de 2004 a 2014. Para pesquisas futuras fica a questão de fazer a decomposição da renda de forma mais desagregada, para que se tenha uma melhor análise sobre o impacto que cada tipo

de fonte de renda tem sobre a distribuição da renda total, como por exemplo no caso da renda dos programas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica.** Razões e ficções do desenvolvimento, 2001.

AZEVEDO, Daniela Grillo de. **LIBERALISMO E LIBERTARISMO: DISTRIBUIÇÃO E IGUALDADE.** Porto Alegre. 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/VIII/1.25.pdf>>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf > Acesso em: 02 de junho de 2016.

_____; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais.** Rio de Janeiro .1997. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1992/1/td_0454.pdf> Acesso em: 28 de abril de 2017.

_____; FOGUEL, Miguel Nathan Organizador; ULYSSEA, Gabriel Organizador. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília. Ipea. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3249>>. Acesso em 27 de março de 2016.

BONELLI, Regis; SEDLACEK, Guilherme. **Distribuição de renda: evolução no último quarto de século.** 1988. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1289/1/td_0145.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Número de beneficiários do Bolsa Família tem se mantido estável**. Brasília: MDSA, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/numero-de-beneficiarios-do-bolsa-familia-tem-se-mantido-estavel>>. Acesso em: 03 de maio de 2016

_____. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira – dados do IRPF 2015/2014**. Secretaria de Política Econômica Ministério da Fazenda. 2016. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em 29 de junho de 2017.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10_anos.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

DALDEGAN, Cássio Freitas. **OS EFEITOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO SOBRE A RECENTE QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS**. 2013. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss1_mesa4_artigos2014_os_efeitos_politica_valorizacao_salario_minimo.pdf/35cf94e5-be05-4655-89ef-1518c98ddc29>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

DE LEMOS, Raquel Monteiro et al. **Análise Do Programas De Transferência De Renda No Brasil Bahia**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 2013-11, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/26/renda-brasil.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimento econômico e distribuição de renda**. Uma nova relação entre Estado, sociedade e economia no Brasil. Santa Cruz do Sul. UNISC, p. 269-292. 2004. Disponível em: <http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/distr-renda11_final.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 7a ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

_____. Um Projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga SA, 1968.

GIAMBIAGI, Fabio; FRANCO, Samuel. **O esgotamento do papel do salário mínimo como mecanismo de combate à pobreza extrema**. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1829/1/TD_1290.pdf>. Acesso em: 15 maio de 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. **O índice de desigualdade de Theil-Atkinson**. Brazilian Review of Econometrics, v. 11, n. 2, p. 143-160, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/view/3001/1896>> Acesso em: 05 de junho de 2016.

_____. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. Edusp, USP. 1998. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1207214/mod_resource/content/1/cap_theil_hoffman.pdf> Acesso em: 02 de abril de 2016.

_____. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estudos avançados, v. 15, n. 41, p. 67-76. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

_____. **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo**. **Economia e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 199-221, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643159>> Acesso em: 25 de maio de 2017.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2016.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62715.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

IPEA . **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4639>>. Acesso em 07 de setembro de 2016

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Alínea. 2009. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

JUNIOR, José Freire; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de; SULIANO, Daniel Cirilo; CARVALHO, Eveline Barbosa Silva; MAGALHÃES, Klinger Aragão; NETO, Nicolino Trompieri. **ENTENDENDO OS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ENTENDENDO_OS_PRINCIPAIS_INDICADORES_SOCIAIS_E_ECONOMICOS.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Desigualdade e pobreza: lições de Sen**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, p. 113-122. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v15n42/1740.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia**. Editora Campus: Tradução Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro, 1999.

MARX, Karl. **O capital (Coleção Os Economistas)**. Ed. Nova Cultural, 1988. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

MATOS, Jéferson Daniel de. **Distribuição de renda: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/documentos/documentos_fee_62.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate**. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

MOURÃO, Paulo Reis. **Contributo para o estudo económico: dos indicadores regionais**. Revista portuguesa de estudos regionais, n. 12, p. 77, 2006.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro; Editora Intrínseca, v.1, 2014.

SABOIA, João. **O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil**. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap32.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller. 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6965717/Paulo-Sandroni-NOVISSIMO-DICIONARIO-DE-ECONOMIA>>. Acesso em: 27 de março de 2016.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho**. 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2108/1/TD_873.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

_____. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1670/1/TD_1166.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

_____. **O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3, p. 364-380, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a01v30n3.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

POCHMANN, Marcio. **Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

_____. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. Boitempo editorial, 2015. Disponível em: <<http://www.democraciapopular.org.br/disco/arquivos/material-de-apoio/texto-02--prof.-marcio-pochmann--o-mito-da-grande-classe-media-capitulos-1-e-2.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

TAQUES, Fernando Henrique; MAZZUTTI, Caio Cícero de Toledo Piza da Costa. **Qual a Relação entre Desigualdade de Renda e Nível de Renda Per Capita? Testando a hipótese de kuznets para as Unidades Federativas Brasileiras**. Planejamento e Políticas públicas, v. 2, n. 35, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/206/200>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.

TOYOSHIMA, Sílvia Harumi; DA SILVA, Evaldo Henrique. **Transferência de Renda e a Dinâmica do Crescimento Econômico: Um Modelo de Simulação**. Estudos Econômicos. São Paulo. v. 43, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/62057/64893>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

VELLOSO, Ricardo Cicchelli. **Salário mínimo e taxa de salários: o caso brasileiro.**
1990. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5476/1/PPE_v20_n03_Salario.pdf>.
Acesso em: 03 de junho de 2016.

